



RELATÓRIO E CONTAS
31 de Dezembro de 2017

ÍNDICE

1.	RELATÓRIO DE GESTÃO	1
1.1	NOTA INTRODUTÓRIA	1
1.2	ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	1
1.3	EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE	5
1.4	POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES	6
1.5	OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCOS	8
1.6	ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO	11
1.7	BALANÇO SOCIAL	12
1.9	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS	13
1.10	RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A ADMINISTRAÇÃO	14
1.12	OUTRAS INFORMAÇÕES	14
1.13	NOTA FINAL	15
2.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
3.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
3.1.	NOTA INTRODUTÓRIA	21
3.2.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	22
3.3.	PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIAÇÃO À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	44
3.4.	CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	46
3.5.	DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	46
3.6.	CRÉDITO A CLIENTES	47
3.7.	ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	53
3.8.	OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	54
3.9.	ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS	54
3.10.	OUTROS ATIVOS	56
3.11.	PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	57
3.12.	RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	58
3.13.	MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADES	59
3.14.	OUTROS PASSIVOS	61
3.15.	CAPITAL	62
3.16.	OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCROS DO EXERCÍCIO	62
3.17.	JUROS E RENDIMENTOS / ENCARGOS SIMILARES	63
3.18.	RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	64
3.19.	ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	65
3.20.	OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	66
3.21.	CUSTOS COM PESSOAL	67
3.22.	GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	68
3.23.	PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E LINHAS DE NEGÓCIO	69
3.24.	SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS	69
3.25.	OPERAÇÕES A PRAZO NÃO VENCIDAS À DATA DO BALANÇO	71
3.26.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS	71
3.27.	DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS	73
3.28.	GESTÃO DO CAPITAL	96
3.29.	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR / PERANTE TERCEIROS	96
3.30.	PASSIVOS CONTINGENTES	97
3.31.	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	98

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 NOTA INTRODUTÓRIA

A **FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A.** (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “FCA Capital”) foi constituída em 31 de Outubro de 1991 tendo a sua sede no Lagoas Park, Edifício 15, 2º piso, Porto Salvo. A FCA Capital tem por objeto o exercício das atividades legalmente consentidas às Instituições Financeiras de Crédito, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 186/2002, de 21 de Agosto.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a atividade da Sociedade encontra-se segmentada nas vertentes de financiamento à aquisição a crédito de viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelas marcas do Grupo FCA e pelas marcas Jaguar, Land Rover, Maserati, Ferrari, Hymer e por outras marcas (Programa Finplus), na locação financeira mobiliária de viaturas, na locação financeira imobiliária, bem como no crédito ao consumo e no apoio de tesouraria.

Conforme indicado na Nota 3.15 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a FCA Capital é detida integralmente pelo FCA Bank, um Banco detido em partes iguais pela FCA Itália SpA (empresa do grupo Fiat Chrysler Automobiles) e CA Consumer Finance SA (empresa do grupo Credit Agricole). Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo encontram-se detalhados na Nota 3.24 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Todos os montantes apresentados no Relatório de Gestão e no Anexo às Demonstrações Financeiras são apresentados em Euros (com arredondamento às unidades), salvo se expressamente referido em contrário.

1.2 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A esperada estabilização da inflação, por parte do Banco Central Europeu (BCE), registou-se em 2017, vindo a dar um sinal de fim do longo período de crise económica no Velho Continente.

As projeções do Banco de Portugal para a economia portuguesa indicam que o processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. Após um aumento de 2,6% em 2017, a atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento para o biénio 2018-2019, embora a um ritmo mais lento (2,3% e 1,9% respetivamente).

O PIB deverá situar-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional. O crescimento do PIB em Portugal será muito próximo do da média da área do euro.

As projeções apontam para um aumento das exportações e das importações na mesma ordem de valores. A dívida pública continuará muito elevada, sendo um dos grandes obstáculos ao controlo do défice.

RELATÓRIO DE GESTÃO

No quadro a seguir indicam-se as previsões para as principais variáveis macroeconómicas:

	Pesos 2016	BE dezembro 2017					BE outubro 2017	BE junho 2017		
		2016	2017	2018	2019	2020		2017	2018	2019
Produto Interno Bruto	100	1,5	2,6	2,3	1,9	1,7	2,5	2,5	2,0	1,8
Consumo Privado	66	2,1	2,2	2,1	1,8	1,7	1,9	2,3	1,7	1,7
Consumo Público	18	0,6	0,1	0,6	0,4	0,2	0,3	0,4	0,6	0,3
Formação Bruta de Capital Fixo	15	1,6	8,3	6,1	5,9	5,4	8,0	8,8	5,3	5,5
Procura Interna	99	1,6	2,7	2,5	2,2	2,1	2,5	2,6	2,2	2,1
Exportações	40	4,1	7,7	6,5	5,0	4,1	7,1	9,6	6,8	4,8
Importações	39	4,1	7,5	6,7	5,5	4,8	6,9	9,5	6,9	5,2
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.)										
Procura interna		0,7	1,2	1,2	1,0	1,0	1,0	0,8	0,8	0,8
Exportações		0,9	1,5	1,2	0,9	0,7	1,5	1,8	1,2	0,9
Emprego		1,6	3,1	1,6	1,3	0,9	3,1	2,4	1,3	1,3
Taxa de desemprego (em % da população ativa)		11,1	8,9	7,8	6,7	6,1	9,0	9,4	8,2	7,0
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1,7	1,5	2,3	2,2	2,2	1,8	2,1	2,4	2,4
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		2,2	1,8	1,6	1,6	1,5	1,7	2,0	2,2	2,0
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,6	1,6	1,5	1,4	1,6	1,6	1,6	1,4	1,5

Fontes: Banco de Portugal e INE.

O mercado de Veículos Ligeiros de Passageiros, em Portugal, cresceu face ao ano anterior, pela quarta vez consecutiva e voltando a superar a barreira dos 260.000 automóveis fixando-se nos 260.654 unidades vendidas, de acordo com a ACAP (Associação Automóvel de Portugal).

VEÍCULOS LIGEIOS

	Unid.	Valor Mensal						Variação (%)	
		Dez 17	Nov 17	Out 17	Set. 17	Ago. 17	Acumulado jan. a dez.	Homóloga	Homóloga Acumulada
TOTAL	(N.º)	21 622	21 249	19 048	17 862	14 411	260 654	0.3	7.6
Ligeiros de passageiros (a)	(N.º)	17 058	17 626	15 898	14 857	11 937	222 134	0.4	7.1
Comerciais ligeiros	(N.º)	4 564	3 623	3 150	3 005	2 474	38 520	-0.1	10.4

(a) Inclui veículos todo-o-terreno e monovolumes com +2300 Kg.

VEÍCULOS COMERCIAIS PESADOS

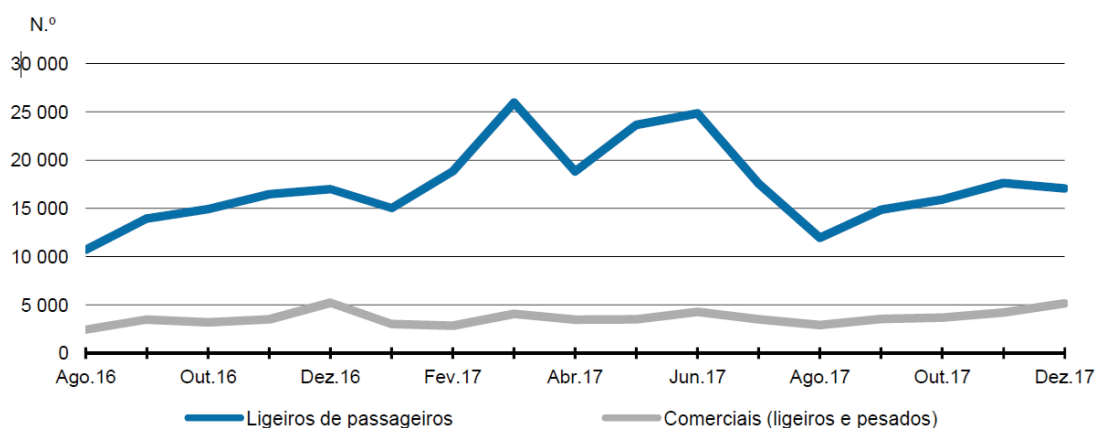
	Unid.	Valor Mensal						Variação (%)	
		Dez 17	Nov 17	Out 17	Set. 17	Ago. 17	Acumulado jan. a dez.	Homóloga	Homóloga Acumulada
TOTAL	(N.º)	584	594	544	524	438	5 732	-11.8	10.7
Pesados de mercadorias	(N.º)	557	574	524	505	423	5 372	-13.2	11.4
Pesados de passageiros	(N.º)	27	20	20	19	15	360	35.0	1.7

Fonte: Dados obtidos pelo INE junto da ACAP - Associação do Comércio Automóvel de Portugal

O crescimento total do mercado de veículos ligeiros foi de 7,6%, fruto do crescimento do sector do Turismo e da retoma económica.

RELATÓRIO DE GESTÃO

No que diz respeito ao mercado dos Veículos Comerciais Ligeiros, o crescimento também se fez sentir pelo quinto ano consecutivo, alcançando as 38.520 unidades o que corresponde a uma variação de mais 10.4% face a 2016.



Em 2017, a FCA Portugal, SA, passou a ser o importador da marca Jeep para Portugal, entrando esta marca no leque das marcas financiadas pela Instituição.

As principais marcas financiadas pela Sociedade apresentam regra geral um excelente ano:

VENDAS DE VEÍCULOS LIGEIOS DE PASSAGEIROS

	Janeiro a Dezembro				
	Unidades		%	% no Mercado	
	2017	2016		2017	2016
Fiat	12022	10176	18.1	5.41	4.91
Land Rover	1035	944	9.6	0.47	0.46
Alfa Romeo	888	715	24.2	0.40	0.34
Jaguar	697	632	10.3	0.31	0.30
Jeep	289	172	68.0	0.13	0.08
Maserati	52	43	20.9	0.02	0.02
Ferrari	20	17	17.6	0.01	0.01
Lancia	2	35	-94.3	0.00	0.02
Total	222,134	207,330	7.1	100.00	100.00

Fonte: ACAP - Associação Automóvel de Portugal

VENDAS DE VEÍCULOS COMERCIAIS LIGEIOS

	Janeiro a Dezembro				
	Unidades		%	% no Mercado	
	2017	2016		2017	2016
Fiat	3,259	2821	15.5	8.46	8.09
Jeep	3	48	-93.8	0.01	0.14
Land Rover	1	5	-80.0	0.00	0.01
Total	38,520	34,890	10.4	100.00	100.00

O crédito ao consumo, apresenta em 2017 uma variação positiva de 6.4%, e o crédito vencido uma variação decrescente, fruto do índice de confiança, diminuição do desemprego e retoma económica.

Fonte: Banco de Portugal – Central de Responsabilidades de Crédito

Fonte: Banco de Portugal – Central de Registo de Empréstimos de Crédito											
		dez-2015	nov-2016	dez-2016	nov-2017	dez-2017	dez-2015	nov-2016	dez-2016	nov-2017	dez-2017
		(saldos em fim de período - 10 ⁶ euros)					(taxa de variação anual - tva - em percentagem)				
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Empréstimos concedidos											
1	Sociedades não financeiras (SNF)	82 387	78 578	76 266	73 820	72 556	-2.1	-2.8	-2.8	-3.0	-3.3
Por dimensão ⁽²⁾ :											
2	Microempresas	26 038	24 086	23 317	23 721	23 266	-6.4	-4.0	-3.6	1.1	0.5
3	Pequenas empresas	20 357	19 925	19 457	18 423	18 257	-1.9	-1.7	-2.1	-3.2	-2.9
4	Médias empresas	20 182	19 660	18 806	17 613	17 201	-1.4	-3.0	-3.1	-6.5	-7.1
5	Grandes empresas	10 801	10 780	10 536	10 042	9 869	1.2	-3.7	-0.8	-6.1	-5.7
Por estatuto:											
6	Empresas públicas	2 158	2 042	2 029	1 569	1 554	-10.2	-9.9	-6.9	-23.1	-23.4
7	Empresas privadas	80 230	76 537	74 239	72 251	71 002	-1.9	-2.6	-2.8	-2.4	-2.8
8	das quais: Empresas exportadoras ⁽³⁾	17 367	17 522	16 801	16 712	16 372	2.5	1.4	1.1	-1.2	-1.4
9	Particulares	129 527	127 107	126 574	125 796	125 890	-2.2	-1.6	-1.6	-0.3	-0.1
10	Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias	2 136	2 094	2 099	2 093	2 076	-1.3	-1.8	-1.5	0.3	-0.9
11	Famílias	127 391	125 012	124 475	123 693	123 814	-2.2	-1.6	-1.6	-0.3	-0.1
12	Habituação	103 604	100 773	100 314	98 734	96 670	-2.9	-2.7	-2.7	-1.7	-1.6
13	Consumo e outros fins	23 787	24 239	24 161	24 959	25 144	0.9	3.0	3.0	5.7	6.4
Por memória:											
14	Empréstimos a SNF ajustados de vendas de carteiras de crédito	-	-	-	-	-	-1.5	-2.2	-2.2	-1.4	-1.6
		(ratio de crédito vencido - em percentagem) ⁽⁴⁾					(devedores com crédito vencido - em percentagem)				
Empréstimos em incumprimento											
15	Sociedades não financeiras (SNF)	15.5	16.4	15.2	14.4	13.5	28.6	28.3	27.2	25.8	25.1
Por dimensão ⁽²⁾ :											
16	Microempresas	27.0	29.1	27.1	24.5	22.6	30.0	29.7	28.6	26.7	25.9
17	Pequenas empresas	14.9	14.6	13.5	12.5	12.0	23.5	23.0	22.1	22.6	22.3
18	Médias empresas	9.5	10.7	10.2	9.1	8.7	20.9	20.1	19.2	20.5	20.2
19	Grandes empresas	3.2	3.0	2.8	3.2	3.1	11.9	10.5	9.9	10.2	10.1
Por estatuto:											
20	Empresas públicas	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	2.4	1.2	0.6	2.1	2.0
21	Empresas privadas	15.9	16.8	15.6	14.7	13.8	28.6	28.3	27.2	25.8	25.1
22	das quais: Empresas exportadoras ⁽³⁾	3.1	5.8	6.0	5.8	5.6	6.1	6.3	5.7	7.4	7.4
23	Particulares	5.0	5.0	4.6	5.0	4.8	14.0	13.7	13.0	12.2	11.8
24	Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias	1.2	2.8	2.0	41.0	41.4	9.0	8.8	8.5	8.7	8.4
25	Famílias	5.1	5.1	4.6	4.4	4.2	14.0	13.7	13.0	12.2	11.8
26	Habituação	3.0	3.1	2.8	2.9	2.9	6.3	6.1	5.5	5.1	5.0
27	Consumo e outros fins	14.0	13.2	12.1	10.2	9.4	15.4	15.0	14.3	13.4	12.7

1.3 EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Com os indicadores económicos cada vez mais favoráveis, começamos a verificar um cenário de crescimento do crédito ao consumo de automóveis.

A Sociedade concentrou a sua atenção na atividade comercial, principalmente no sector das frotas que tem vindo a crescer, tendo atingido os objetivos a que se propôs, e não descuro a sua atenção no rigor da análise de crédito, como também nos esforços na recuperação de crédito vencido, continuando a atuar sobre a vertente dos custos, e a apostar na contínua melhoria de processos.

O resultado líquido do exercício de 2017, no montante de 5.416.577 Euros, apresenta um crescimento de 12% face ao ano anterior. Este crescimento advém da consolidação das medidas implementadas nos últimos anos e que têm tido como objetivo adequar a empresa ao atual panorama económico e do crescimento económico do país.

O ano de 2017 consolida o acréscimo da carteira de crédito da Sociedade. Pelo terceiro ano consecutivo a carteira cresce, em virtude da consolidação das diversas parcerias estabelecidas nos últimos anos pela Sociedade.

Durante os anos de 2017 e 2016, os volumes de produção da Sociedade em montante de capital financiado, podem ser detalhados da seguinte forma (M €):

Volume de Financiado	2017	2016
Retail Financing		
Leasing	99.3	76.9
Crédito Automóvel	27.3	19.6
Crédito ao Consumo	0.2	0.5
	126.8	97.0
Dealer Financing		
Créditos em conta corrente	139.9	131.6
Financiamentos à atividade empresarial	0.6	0.7
	140.5	131.3
Total	267.6	228.3

1.4 POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A política de remunerações é descrita nos dois pontos mencionados abaixo, os quais se encontram previstos no *Budget* anual relativo a custos de Estrutura/Pessoal:

Aumentos de salário / Promoções de carreira

Cada ano o Conselho de Administração da Instituição aprova um budget para aumentos de salários e promoções de carreira.

Dentro do budget, os responsáveis de cada departamento propõem os aumentos e as promoções que, com a aprovação da Administração, são enviadas as propostas ao *Headquarter* para validação final.

Os Responsáveis propõem os aumentos e as promoções com base:

1. Nos resultados do Sistema de Avaliação de Colaboradores (Sistema interno de avaliação internacional - PLM) que reúne as avaliações anuais de todos os colaboradores, nas componentes de Performance e Liderança.
2. No posicionamento do salário do colaborador em relação ao Estudo de Remunerações, facultado anualmente pelo *Headquarter*, onde é verificado o posicionamento do salário do colaborador face ao mercado.

Após validação, são atualizados os salários e promoções, sendo feita a comunicação aos colaboradores em causa no momento que produzem efeito.

Nova admissão de colaboradores

Os valores dos salários para novos Colaboradores baseiam-se na grelha salarial interna da Sociedade e em estudos de mercado atuais referentes às remunerações praticadas no mesmo sector de negócio, bem como a “negociação/acordo” efetuado no momento da seleção e recrutamento do novo Colaborador.

Estrutura da sociedade:

A 31 Dezembro 2017, o Conselho de Administração da FCA Capital Portugal IFIC, SA é composto pelos seguintes elementos:

Nome: CARLO FEDERICO VON GUGGENBERG

NIF/NIPC: 285396048 - Cargo: Presidente

Nome: ALBERTO GRIPPO

NIF/NIPC: 277301670 - Cargo: Vogal/ Administrador Delegado

Nome: ANDREA FAINA

NIF/NIPC: 282501088 - Cargo: Vogal

RELATÓRIO DE GESTÃO

Nome: AMIR HOSSEIN DJOURABTCHI
NIF/NIPC: 263220028 - Cargo: Vogal

Nome: LUIS MANUEL PINTO PEREIRA
NIF/NIPC: 132601427 - Cargo: Vogal

A mesma data, o Conselho Fiscal da FCA Capital Portugal IFIC, SA, membro independente, é composto pelos seguintes elementos:

Nome/Firma: CARLOS MANUEL CHARNECA MOLEIRINHO GRENHA
NIF/NIPC: 203027914 - Cargo: Presidente

Nome/Firma: PEDRO MIGUEL PEREIRA MANSO
NIF/NIPC: 212609637 - Cargo: Vogal

Nome/Firma: LUIS PEDRO DOS SANTOS CAEIRO
NIF/NIPC: 236302787 - Cargo: Vogal

Nome/Firma: NUNO MIGUEL RIBEIRO ANTONIO
NIF/NIPC: 205450113 - Suplente

No exercício de 2017 os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer tipo de remuneração pelo exercício das suas funções nos órgãos de gestão da Sociedade

O Conselho Fiscal da FCA Capital Portugal IFIC, SA, auferiu uma remuneração fixa anual, aprovada pela Assembleia Geral no início de cada mandato. No exercício de 2017 a remuneração do Conselho Fiscal foi de 22.000 Euros.

Os quadros com funções de controlo, auferiram em 2017 uma remuneração de 65.636 Euros.

Os honorários da Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes (em Euros):

	2017	2016
Revisão Legal de Contas	48.360	48.360
Outros serviços de garantia de fiabilidade	23.500	23.500

RELATÓRIO DE GESTÃO

Durante os exercícios de 2017 e 2016 a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas procedeu à faturação dos seguintes montantes (em Euros):

	2017	2016
Revisão Legal de Contas	55.110	46.894
Outros serviços de garantia de fiabilidade	19.000	32.500

1.5 OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCOS

1.5.1. Política de gestão do risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de existirem perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

A FCA tem implementadas metodologias de cálculo da imparidade da carteira de crédito que permitem assegurar a fiabilidade das fontes de informação utilizadas, a preparação da informação requerida de acordo com os requisitos descritos nos n.ºs 1.2, 2. e 3.2.3 a 3.2.5 do Anexo à Instrução n.º 5/2013, assim como a quantificação da imparidade sobre a carteira de crédito apurada e relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Em Agosto de 2015 foi introduzida uma *nova scorecard*, que substituiu os modelos anteriores que estavam em produção desde Março de 2008. A nova *scorecard* é única e aplicável a propostas para viaturas Novas e Usadas, substituindo os dois modelos anteriores.

A opção pela introdução de uma única *scorecard* foi também guiada pela diminuição nos últimos anos na ativação de operações para viaturas usadas, e consequentemente pela potencial redução da representatividade estatística que tal facto poderia comportar.

O *scoring* é atribuído para efeitos de aceitação da proposta do cliente, não sendo atualizado ao longo do contrato. Mensalmente é feita uma análise comparativa entre a produção ativada e os incidentes verificados nos primeiros meses de contrato, com janelas de observação a 3, 6, 9 e 12 meses, no sentido de aferir a qualidade das operações subscritas.

RELATÓRIO DE GESTÃO

No que respeita aos clientes Dealer Financing e às grandes exposições de retalho (exposições acima de 150 milhares de euros), o apuramento de perdas por imparidade é feito individualmente tendo em consideração a informação mais atualizada disponível, nomeadamente informação económico-financeira. Adicionalmente, a perda estimada individualmente pode ser ajustada com base em rumores ou outras informações previamente validadas pelo Comité de Crédito da Sociedade.

1.5.2. Política de gestão do risco de concentração

O risco de concentração de crédito corresponde ao risco de existir uma exposição ou grupo de exposições, com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade da Sociedade ou a capacidade para esta manter as suas principais operações.

Para os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros é efetuada uma análise individual de imparidade.

1.5.3. Indicação das técnicas e modelos utilizados na avaliação, qualitativa e quantitativa, do capital interno e dos riscos, incluindo as técnicas de controlo e redução destes últimos

A Sociedade utiliza metodologia interna para análise dos diversos riscos (crédito, financeiro, operacional, sistemas informáticos, estratégico, compliance, reputacional) sejam os mesmos endógenos, ou seja, gerados pela própria atividade, sejam exógenos, ou seja, provocados por atividades externas. A análise e administração destes riscos incluem a pesquisa e identificação das fontes de risco, a estimativa da sua probabilidade e avaliação dos seus efeitos, o planeamento de estratégias e procedimentos de controlo de riscos e a aplicação estratégica dessas medidas diante da incerteza.

Esta atividade é acompanhada centralmente pela casa mãe através dos reportes definidos para o efeito.

O projeto de gestão de riscos permite:

- i. Conhecer os riscos: definir os índices dos riscos chave e agir para diminuir os fatores de risco.
- ii. Criar uma cultura de controlo e métrica, analisando a performance (rentabilidade/risco) das atividades.
- iii. Proteger o património líquido, através de uma análise quantitativa e qualitativa dos riscos.

No que se refere ao risco de crédito é utilizado o método *standard*.

No âmbito do projeto de gestão de riscos, foi criado a nível de grupo uma base de dados de perdas

RELATÓRIO DE GESTÃO

internas, foi definido um fluxo de aprovação/revisão de produtos, processos e sistemas, e um programa de auditorias.

Como ferramentas qualitativas dispõe a empresa de fluxos de aprovação, mapeamento de processos e autoavaliações de riscos e controlos.

Ao longo do relatório e à medida que é efetuada a abordagem de cada risco é especificado o respetivo método de controlo.

1.5.4. Descrição do processo de agregação das avaliações dos riscos e dos efeitos de diversificação

O processo de budget da Instituição desenrola-se num horizonte anual e por linha de negócio.

Tendo em consideração a natureza principal de suporte à rede de concessionários *captive*, o processo de budget da FCA Capital é fortemente integrado com o processo de budget da FCA Portugal S.A. e portanto os novos volumes financiáveis baseiam-se no andamento de matrícula previsto pelo importador.

Para além disso, e na sequência dos acordos comerciais estabelecidos com a Jaguar Land Rover, Ferrari e com a Maserati, a FCA Capital torna-se o *partner* financeiro de referência no próprio perímetro geográfico, e portanto o processo de budget recebe como input também as previsões comerciais da JLR, Ferrari e da Maserati.

Coerente com o processo descrito, o andamento do custo do risco previsto é também avaliado e estimado de acordo com o andamento previsto para cada carteira e para o mercado.

São também efetuadas avaliações específicas sobre as necessidades financeiras esperadas, tendo em conta a evolução de cada atividade de negócio, com particular atenção às relativas coberturas, tendo em consideração a disponibilidade de financiamento do *Crédit Agricole*, através do acionista direto *CA Consumer Finance SA*, e do FCA Bank, S.p.A., e o respetivo custo, estimado na base das melhores previsões de mercado disponíveis no momento da elaboração.

Tais previsões de tesouraria são objeto de avaliação com a Casa Mãe com periodicidade semanal. O processo de budget, que normalmente se concentra nos meses de setembro a novembro de cada ano, envolve a gestão de topo da Sociedade e do Grupo.

Durante o ano estão previstas fases de revisão da performance esperada com base nos andamentos consuntivos integrados com a oportuna atualização das previsões de mercado e de eventuais novas linhas de negócio.

Com base mensal, a performance esperada é comparada com o consuntivo por linha de negócio com uma análise de detalhe dos desvios. A análise é partilhada com o management e com a Casa Mãe.

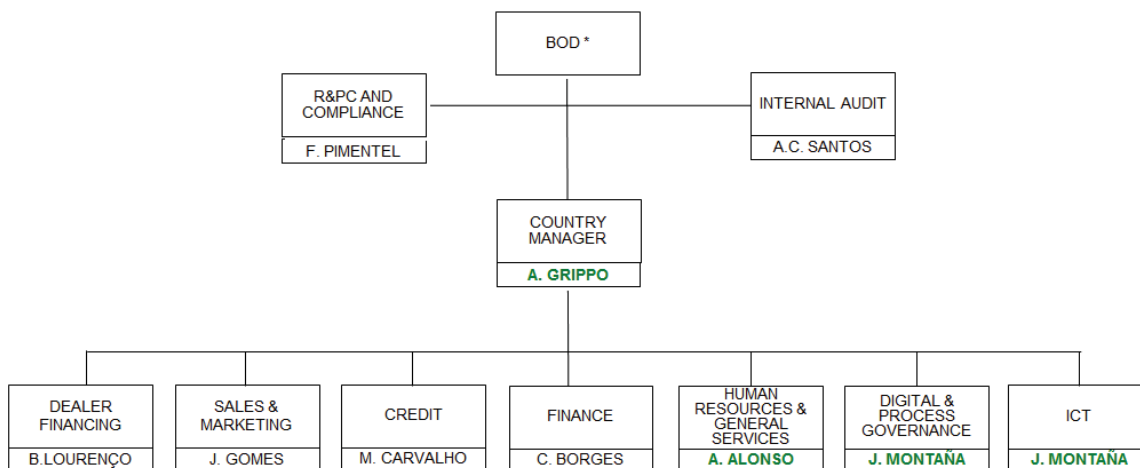
O plano patrimonial segue o mesmo calendário e é consequentemente atualizado por ocasião de cada revisão de budget.

1.6 ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A. é uma sociedade anónima com sede no Lagoas Park, Edifício 15, 2º piso, Porto Salvo, tendo sido constituída em 31 de Outubro de 1991. O capital social da Sociedade é de 10.000.000 Euros, constituído por 2.000.000 de ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas na sua totalidade pelo *FCA Bank, S.p.A.*

A sociedade tem como órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é composto por cinco membros, conforme indicado na nota 1.4 deste relatório.

Apresenta-se de seguida a estrutura organizacional da FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A.:



* Board member Luís Pereira assigned responsibility of Internal Control Functions (R&PC and Compliance)

O período mínimo para realização de assembleias-gerais é de um ano para efeito de apreciação e aprovação das contas anuais. A Assembleia Geral reunirá ainda sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal o julgarem necessário ou quando for requerido por acionistas que representem, pelo menos, cinco por cento do capital social.

RELATÓRIO DE GESTÃO

A Sociedade obriga-se pela assinatura conjunta de dois administradores, pela assinatura do Presidente do Conselho de Administração ou de outro Administrador Delegado ou por procuradores designados para determinados atos.

A gestão corrente está atribuída a um Administrador. Esta direção tem como função a coordenação da visão, da missão e dos objetivos a atingir em um determinado período.

1.7 BALANÇO SOCIAL

A Sociedade a 31 de Dezembro de 2017 tem 40 empregados.

Estando estes distribuídos da seguinte forma:

Média de Idades

<30 anos	1
de 31 a 40 anos	10
de 41 a 55 anos	27
>56 anos	2

Distribuição por Sexo

Mulheres	Homens
16	24

Habilitações Literárias

Ensino Secundário	16
Licenciatura	24

Antiguidade média

<5 anos	7
de 5 a 15 anos	13
de 16 a 25 anos	9
>25 anos	11

A formação profissional é uma aposta estratégica e é fundamental para a gestão de desempenho e a orientação de carreira e para responder eficazmente às exigências do mercado e seus reguladores.

Em 2017, a Sociedade deu um grande enfoque na formação, tendo realizado as seguintes ações/atividades:

Internal and External Fraud: prevention and monitoring
 Compliance and Prevention of Money Laundering
 Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo
 Prevenção da Falsificação de Documentos Identificativos Nacionais
 Gestão de Reclamações de Clientes Bancários
 Publicidade a Produtos e Serviços Bancários
 Anti-trust Training e-learning
 Code of Conduct and Whistleblowing training
 Data Protection

Programa de Liderança para Direção e Chefias Intermédias
Italiano
Inglês

1.8 PERSPETIVAS FUTURAS

Durante o ano de 2017 a carteira de crédito da Sociedade cresceu, estando em linha com a estratégia da Sociedade e com a evolução do mercado automóvel.

A Sociedade está consciente que será necessário acompanhar os parceiros neste clima económico de renascer e fortalecimento das marcas parceiras em Portugal.

Para 2018, com a previsão de crescimento do sector automóvel de 1% a 2%, a Sociedade mantém-se otimista quanto ao seu contínuo crescimento.

No entanto, o mesmo está sujeito à incerteza quanto à performance económico-financeira do país e da EU.

No ano de 2018, diversas alterações legislativas terão impacto na actividade da Sociedade, nomeadamente:

- No dia 7 de julho de 2017, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 81-C/2017, o regime jurídico dos intermediários de crédito ("RJIC"), tendo sido estabelecido um conjunto de normas aplicáveis às pessoas singulares e pessoas coletivas que intermedeiem a relação de crédito entre mutuantes e consumidores, em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2018;
- Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados;
- Nova CRC/Anacredit: Regulamento 2016/867 do BCE, de 16 de Maio de 2016 que justifica a necessidade de substituir a CRC atual, uma vez que o Banco de Portugal irá assegurar o reporte para a Anacredit, através da Nova CRC.

1.9 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

1.10 RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano de 2017 não houve qualquer negócio entre a Sociedade e os seus Administradores.

1.11 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da sua competência estatutária, em conformidade com a vontade dos Acionistas, e atendendo ao disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade tem de constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, o Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral, a seguinte proposta de aplicação do resultado do exercício de 2017, em 5.416.577 Euros:

Valores em Euros

Para reserva legal	541.658
Para resultados transitados	4.874.919
	5.416.577

1.12 OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se registaram situações cuja natureza se possa enquadrar nas alíneas d), e) e g) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

1.13 IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em 1 de Janeiro de 2018 entrou em vigor a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, norma contabilística que veio substituir a IAS 39 e que versa sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, imparidade e contabilidade de cobertura.

A Sociedade não espera que, da adoção da IFRS 9 em 1 de Janeiro de 2018, ocorram oscilações significativas nas suas demonstrações financeiras: a Sociedade espera um impacto de constituição de imparidade na linha de negócio retalho de 279.239 Euros. Na linha de negócio de financiamento de stock a Sociedade espera reforçar a mesma em 95.866 Euros.

1.14 NOTA FINAL

Com a apresentação do Relatório de Gestão, o Conselho de Administração, vem manifestar o seu agradecimento às autoridades monetárias e financeiras, pelo diálogo e rigor com que acompanham a Sociedade.

Agradece ao acionista pela cooperação prestada e aos clientes pela preferência depositada na Sociedade, que em muito nos honra.

A todos os nossos colaboradores, agradecemos o seu contributo, empenho e dedicação, nestes 30 anos de atividade.

Porto Salvo, 15 de Fevereiro de 2018



O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Montantes expressos em Euros)

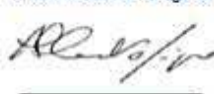
ACTIVO	Notas	31-12-2017			31-12-2016 Reexpresso	01-01-2016 Reexpresso
		Ativo antes de Provisões, imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido
ACTIVO						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.4	452.972	0	452.972	147.098	150.251
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.5	1.612.594	0	1.612.594	754.883	767.572
Crédito a clientes	3.6 e 3.13	183.559.112	7.389.499	176.169.613	153.513.723	128.682.271
Ativos não correntes detidos para venda	3.7	434.274	218.174	216.100	235.752	245.442
Outros ativos tangíveis	3.8	47.000	5.875	41.125	16.983	26.687
Ativos por impostos diferidos	3.9	1.146.607	0	1.146.607	1.015.325	1.305.309
Outros ativos	3.10	21.981.211	1.558	21.979.653	8.812.303	2.124.012
TOTAL DO ACTIVO		209.233.770	7.615.106	201.618.664	164.496.067	133.301.544

PASSIVO E CAPITAL	Notas	31-12-2017	31-12-2016 Reexpresso	01-01-2016 Reexpresso
PASSIVO				
Passivos financeiros detidos para negociação	3.11	147.204	330.226	601.013
Recursos de outras instituições de crédito	3.12	95.542.569	67.563.488	37.033.952
Provisões	3.13	1.403.136	1.762.984	1.378.017
Passivos por impostos correntes	3.9	554.053	333.870	56.871
Outros passivos	3.14	7.383.484	3.333.857	7.916.780
TOTAL DO PASSIVO	Notas	105.030.446	73.324.425	46.986.633
CAPITAL				
Capital	3.15	10.000.000	10.000.000	10.000.000
Outras reservas e resultados transitados	3.16	81.171.641	76.314.912	73.293.827
Resultado do exercício	3.16	5.416.577	4.856.730	3.021.084
TOTAL DO CAPITAL		96.588.218	91.171.642	86.314.911
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL		201.618.664	164.496.067	133.301.544

O Contabilista Certificado



O Administrador Delegado



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

Demonstração de Resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	2017	2016 Reexpresso
MARGEM FINANCEIRA			
Juros e rendimentos similares	3.17	11.080.453	9.974.500
Juros e encargos similares	3.17	(2.369.104)	(3.029.266)
TOTAL DA MARGEM FINANCEIRA		8.711.349	6.945.234
PRODUTO BANCÁRIO			
Rendimentos de serviços e comissões	3.18	1.822.145	831.216
Encargos com serviços e comissões	3.19	(399.460)	(56.005)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	3.11	180.841	269.736
Outros resultados de exploração	3.20	1.537.066	1.652.984
TOTAL DO PRODUTO BANCÁRIO		11.851.941	9.643.165
OUTRAS RUBRICAS			
Custos com pessoal	3.21	(1.894.306)	(1.941.444)
Gastos gerais administrativos	3.22	(2.152.257)	(2.226.562)
Amortizações do exercício	3.8	(10.727)	(9.705)
Provisões líquidas de reposições e anulações	3.13	63.808	(384.968)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	3.13	(417.144)	1.500.181
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	3.13	(21.210)	(3.753)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		7.420.105	6.576.914
IMPOSTOS			
Correntes	3.9	(1.978.473)	(1.430.200)
Diferidos	3.9	(25.055)	(289.984)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		5.416.577	4.856.730
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.416.577	4.856.730

O Contabilista Certificado



O Administrador Delegado



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

Demonstração do Rendimento Integral do período findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	2017	2016
Resultado líquido do exercício		5.416.577	4.856.730
Outro rendimento integral			
Itens que não são reclassificados pela demonstração de resultados			
Itens que poderão vir a ser reclassificados pela demonstração de resultados			
Rendimento integral do exercício		5.416.577	4.856.730

O Contabilista Certificado



O Administrador Delegado



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.


Demonstração de Alterações no Capital Próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital	Reservas legais	Reservas livres	Resultados transitados e outras reservas	Total de reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		10.000.000	8.100.448	59.235.507	5.957.872	73.293.827	3.021.084	86.314.911
- Aplicação do resultado de 2015	3.15	-	-	-	3.021.084	3.021.084	(3.021.084)	-
- Resultado líquido do exercício de 2016		-	-	-	-	-	4.856.730	4.856.730
- Outros		-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		10.000.000	8.100.448	59.235.507	8.978.956	76.314.911	4.856.730	91.171.641
- Aplicação do resultado de 2016	3.15	-	787.782	-	4.068.948	4.856.730	(4.856.730)	-
- Resultado líquido do exercício de 2017		-	-	-	-	-	5.416.577	5.416.577
- Outros		-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		10.000.000	8.888.230	59.235.507	13.047.904	81.171.641	5.416.577	96.588.218

O Contabilista Certificado



O Administrador Delegado



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

Demonstração de Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

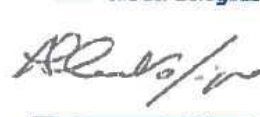
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	2017	2016
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	12,901,815	11,281,882
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(2,725,351)	(2,911,743)
Recuperações de créditos incobráveis	1,116,200	1,503,342
Pagamentos ao pessoal	(1,853,884)	(1,834,090)
Pagamentos a fornecedores	(2,962,222)	(2,054,518)
Outros resultados	222,480	(21,420)
Resultados operacionais antes das variações nos ativos e passivos	6,698,860	6,143,253
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais		
Crédito a clientes	(22,732,308)	(23,979,190)
Outros ativos	(9,243,116)	(6,405,229)
	(31,975,422)	(30,384,419)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais		
Recursos de outras instituições de crédito	27,938,852	30,583,148
Outros passivos	396,668	(5,158,847)
	28,332,519	25,404,301
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	3,055,957	1,163,135
Pagamentos de impostos sobre lucros	(1,884,190)	(1,178,977)
Caixa líquida das atividades operacionais	1,171,767	(15,842)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(8,182)	0
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	1,163,585	0
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	1,163,585	(15,842)
Caixa e seus equivalentes no início do período	901,981	917,823
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	1,163,585	(15,842)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2,065,566	901,981

O Contabilista Certificado



O Administrador Delegado



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **FCA Capital Portugal, Instituição Financeira de Crédito, SA.** (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “FCA Capital”) foi constituída em 31 de Outubro de 1991 tendo a sua sede no Empreendimento Lagoas Park, Edifício 15, Piso 2 – 2740-262 Porto Salvo.

A FCA Capital tem por objeto o exercício das atividades legalmente consentidas às Instituições Financeiras de Crédito, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 186/2002, de 21 de Agosto, nomeadamente a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com exceção da receção de depósitos.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a atividade da Sociedade encontra-se segmentada nas vertentes de financiamento à aquisição a crédito de viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo FCA, pelo Grupo JLR, Maserati, Humer, Ferrari e por outras marcas (Programa Finplus), na locação financeira mobiliária de viaturas, na locação financeira imobiliária, bem como no crédito ao consumo e no apoio de tesouraria.

Conforme indicado na Nota 3.15 deste Anexo, a FCA Capital é detida integralmente pela *FCA Bank SpA*, uma instituição financeira detida em partes iguais pela *FCA Italy S.p.A* (empresa do Grupo Fiat Chrysler Automobiles) e pelo *Crédit Agricole Consumer Finance* (empresa detida a 100% pelo *Crédit Agricole, S.A.*). Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo encontram-se detalhados na Nota 3.24.



Todos os montantes apresentados neste Anexo são apresentados em Euros (com arredondamento às unidades), salvo se expressamente referido em contrário.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Sociedade em 15 de Fevereiro de 2018. No entanto, nos termos do art.º 68º do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

3.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da FCA Capital foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia (IAS/IFRS).

Até 31 de dezembro de 2016, inclusive, as demonstrações financeiras individuais da FCA Capital eram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e na Instrução nº 9/2005, de 11 de março, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo nº 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. As NCA correspondiam genericamente às Normas de Relato Financeiro ou International Financial Reporting Standards (“IFRS”) adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias definidas nos nºs 2 e 3 do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005 e nº 2 do Aviso nº 4/2005 e do Aviso nº 7/2008, das quais se destacava a valorimetria e provisionamento do crédito concedido.

A partir de 1 de janeiro de 2017, na sequência da publicação do Aviso nº 5/2015, de 7 de dezembro, do Banco de Portugal, e do regime transitório previsto no seu artigo 3º, as demonstrações financeiras da FCA Capital passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia.

Na sequência desta alteração, a Sociedade procedeu à aplicação retrospectiva das IAS/IFRS nas suas demonstrações financeiras de 2016.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Sociedade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 3.3..

3.2.2. Comparabilidade de informação

(i) Impacto da entrada em vigor do Aviso nº 5/2015, do Banco de Portugal

A alteração resultante da revogação das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e a preparação, a partir de 1 de janeiro de 2017, das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, em conformidade com o previsto na IFRS 1, em 31 de dezembro de 2016, teve impacto nomeadamente ao nível das provisões para riscos gerais de crédito que em NCA se encontravam contabilizadas no passivo na rubrica de Provisões (ver Nota 3.13) e que foi, em

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

conformidade com as IAS/IFRS, reclassificada para a rubrica de Imparidade de crédito (ver Nota 3.6).

Note-se que em 31 de dezembro de 2016, os montantes de imparidade sobre a carteira de crédito da FCA Capital, apurados em conformidade com o exigido pela IAS 39, eram superiores ao montante de provisões apuradas tendo por base o previsto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal. Desta forma, e em conformidade com o definido no Aviso nº 1/2005, a Sociedade reconhecia imparidade nas suas demonstrações financeiras.

Para efeitos de comparabilidade, procedeu-se ao apuramento e reexpressão dos valores registados como provisões para riscos gerais de crédito para a rubrica de imparidade de crédito, nas respetivas linhas de balanço e demonstração dos resultados, conforme abaixo apresentado.

Estas reclassificações não originaram qualquer impacto ao nível do Capital Próprio em 1 de janeiro de 2016. Também ao nível da Demonstração de fluxos de caixa não houve quaisquer impactos.

A aplicação retrospectiva desta alteração teve os seguintes impactos:

Balanço		Saldo Divulgado 01-01-2016	Impacto de reclassificação	Saldo Corrigido 01-01-2016
NO ATIVO				
Crédito a Cleintes	3.6 e 3.13	130.312.996	(1.630.725)	128.682.271
		130.312.996	(1.630.725)	128.682.271
NO PASSIVO				
Provisões	3.13	3.008.742	(1.630.725)	1.378.017
		3.008.742	(1.630.725)	1.378.017
		127.304.254	0	127.304.254

Balanço		Saldo Divulgado 31-12-2016	Impacto de reclassificação	Saldo Corrigido 31-12-2016
NO ATIVO				
Crédito a Cleintes	3.6 e 3.13	155.413.843	(1.900.120)	153.513.723
		155.413.843	(1.900.120)	153.513.723
NO PASSIVO				
Provisões	3.13	3.663.104	(1.900.120)	1.762.984
		3.663.104	(1.900.120)	1.762.984
		151.750.739	0	151.750.739

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(ii) Reclassificação entre as rubricas da Margem Financeira e de Produto Bancário

Tendo em vista aumentar a compreensibilidade das demonstrações financeiras, efetuaram-se reclassificações na demonstração de resultados com referência a 31 de dezembro de 2016, que se detalham como segue:

		Saldo Divulgado 31-12-2016	Impacto de reclassificação	Saldo Reclassificado 31-12-2016
NA MARGEM FINANCEIRA				
Juros e rendimentos similares	3.17	6,949,543	3,024,957	9,974,500
Juros e encargos similares	3.17	(1,463,245)	(1,566,021)	(3,029,266)
		5,486,298	1,458,936	6,945,234
NO PRODUTO BANCÁRIO				
Rendimentos de serviços e comissões	3.18	4,242,110	(3,410,894)	831,216
Encargos com serviços e comissões	3.19	(1,622,026)	1,566,021	(56,005)
Outros resultados de exploração	3.20	1,267,047	385,937	1,652,984
		4,156,867	(1,458,936)	2,697,931
		9,643,165	0	9,643,165

3.2.3. Adoção de Normas Internacionais de Relato Financeiro Novas ou Revistas

Com exceção do referido na Nota 3.2.2., durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

3.2.3.1. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, as quais não tiveram efeitos nas políticas contabilísticas ou nas divulgações adotadas pela FCA Capital:

IAS 7 – Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 são parte do projeto de Iniciativas de divulgação do IASB e vem auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a entenderem melhor as alterações à dívida da entidade. As alterações requerem que uma entidade divulgue as alterações nas suas responsabilidades relacionadas com atividades de financiamento, incluindo as alterações que surgem nos fluxos de caixa e de fluxos não-caixa (tais como ganhos e perdas cambiais não realizados).

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. As entidades não necessitam de divulgar a informação comparativa.

IAS 12 – Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas – alterações à IAS 12

O IASB emitiu alterações à IAS 12 para clarificar a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

As alterações clarificam que uma entidade deve considerar se as regras fiscais do país restringem as fontes de proveitos tributáveis contra as quais podem ser efetuadas deduções quando da reversão de uma diferença temporária dedutível. Adicionalmente, as alterações proporcionam orientações sobre como uma entidade deve determinar os seus proveitos tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que esses proveitos tributáveis podem incluir a recuperação de certos ativos por um valor superior ao seu valor contabilístico.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. No entanto, na aplicação inicial destas alterações, a alteração no capital próprio inicial do período comparativo mais antigo apresentado pode ser reconhecida nos resultados transitados iniciais do período comparativo mais recente apresentado (ou em outra componente do capital próprio, conforme apropriado), sem alocar essa alteração entre os resultados transitados iniciais e outras componentes de capital próprio. As entidades que apliquem esta opção devem divulgar esse facto.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu a seguinte melhoria, efetiva a partir de 1 de janeiro de 2017:

IFRS 12 Divulgações de interesses em outras entidades

Esta melhoria veio clarificar que os requisitos de divulgação da IFRS 12, para além dos previstos nos parágrafos B10 a B16, são aplicáveis aos interesses de uma entidade em subsidiárias, joint ventures ou associadas (ou parte do seu interesse em joint ventures ou associadas) que sejam classificadas (ou que estejam incluídas num grupo para venda que esta classificado) como detidas para venda.

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017 e deve ser aplicada retrospectivamente.

3.2.3.2. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de julho de 2017 e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

a) Já endossadas pela União Europeia**IFRS 15 Rédito de contratos com clientes**

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 -Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 -Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 -Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 – Locações quando for aplicada).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a consideração que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A norma requer que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a full retrospective approach” ou a “modified retrospective approach”. É permitida a aplicação antecipada.

Clarificações à IFRS 15

Em abril de 2016, o IASB emitiu emendas à IFRS 15 para endereçar diversos assuntos relacionados com a implementação da norma.

São as seguintes as emendas introduzidas:

- ▶ Clarificar quando é que um produto ou serviço prometido é distinto no âmbito do contrato
- ▶ Clarificar como se deve aplicar o guia de aplicação do tema principal versus agente, incluindo a unidade de medida para a avaliação, como aplicar o princípio do controlo numa transação de um serviço e como reestruturar os indicadores
- ▶ Clarificar quando é que as atividades de uma entidade afetam significativamente a propriedade intelectual (IP) à qual o cliente tem direito, e que é um dos fatores na

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

determinação se a entidade reconhece o rédito de uma licença ao longo do tempo ou num momento do tempo

- ▶ Clarificar o âmbito das exceções para royalties baseados nas vendas (sales-based) e baseados na utilização (usage-based) relacionados com licenças de IP (o constrangimento no royalty) quando não existem outros bens ou serviços prometidos no contrato
- ▶ Adicionar duas oportunidades práticas nos requisitos de transição da IFRS 15: (a) contratos completos na full retrospective approach; e (b) modificações de contratos na transição

Estas clarificações devem ser aplicadas em simultâneo com a aplicação da IFRS 15, para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a full retrospective approach” ou a “modified retrospective approach”.

IFRS 9 Instrumentos financeiros

O resumo desta norma por temas é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- ▶ Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- ▶ Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo justo valor através do resultado integral (FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- ▶ Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- ▶ Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- ▶ Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- ▶ Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- ▶ Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- ▶ O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.
- ▶ Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- ▶ A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- ▶ Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% - 125%.
- ▶ Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- ▶ O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- ▶ Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospetiva.

É permitida a aplicação antecipada.

Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Alterações à IFRS 4

As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.

Isenção temporária da IFRS 9

- ▶ A opção de isenção temporária da IFRS 9 está disponível para entidades cuja atividade esteja predominantemente relacionada com seguros.
- ▶ Esta isenção temporária permite que essas entidades continuem a aplicar a IAS 39 enquanto diferem a aplicação da IFRS 9 para no máximo até 1 de janeiro de 2021.
- ▶ Esta predominância deve ser avaliada no início do período do reporte anual que precede a data de 1 de abril de 2016 e antes da IFRS 9 ser implementada. Adicionalmente, esta avaliação da predominância só pode ser revista em situações raras.
- ▶ As empresas que apliquem esta isenção temporária terão de efetuar divulgações adicionais.

A abordagem da sobreposição

- ▶ Esta abordagem é uma opção para as entidades que adotem a IFRS 9 e emitam contratos de seguro, de ajustar os seus ganhos ou perdas para ativos financeiros elegíveis; efetivamente tal resulta na aplicação da IAS 39 a estes ativos financeiros elegíveis.
- ▶ Os ajustamentos eliminam a volatilidade contabilística que possa surgir na aplicação a IFRS 9 sem a nova norma dos contratos de seguros.
- ▶ De acordo com esta abordagem, uma entidade pode reclassificar montantes de ganhos ou perdas para outros itens de resultado integral (OCI) para ativos financeiros designados.
- ▶ Uma entidade tem de apresentar uma linha separada para os impactos deste ajustamento de sobreposição na demonstração dos resultados, assim como na demonstração do resultado integral.

A isenção temporária é aplicável pela primeira vez para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Uma entidade pode optar pela abordagem de sobreposição quando aplica pela primeira vez a IFRS 9 e aplicar essa abordagem retrospectivamente para ativos financeiros designados na data de transição para a IFRS 9. A entidade deve alterar os comparativos por forma a refletir a abordagem da sobreposição se, e apenas se, alterar os comparativos quando aplica a IFRS 9.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu as seguintes melhorias que devem ser aplicadas retrospectivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018 (é permitida a adoção antecipada desde que devidamente divulgada).

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS

Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento

A melhoria veio clarificar que:

- ▶ Uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou joint ventures ao justo valor através de resultados.
- ▶ Se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou joint venture que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias.

Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicialmente do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa-mãe.

IFRS 16 Locações

O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requer que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (on-balance model) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – “right-of-use” ou ROU).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A norma deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida desde que seja igualmente aplicada a IFRS 15. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a full retrospective approach” ou a “modified retrospective approach”.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida e tem de ser divulgada. As alterações devem ser aplicadas prospectivamente.

IFRS Practice Statement 2: Efetuar julgamentos sobre a materialidade

Às empresas é permitido aplicarem as orientações do Practice Statement (PS) na preparação das demonstrações financeiras que sejam preparadas em qualquer altura após 14 de setembro de 2017.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

O PS contém orientações não obrigatórias para as empresas efetuarem julgamentos sobre a materialidade quando preparam as demonstrações financeiras. O PS também ajuda os leitores das demonstrações financeiras a entender como a entidade efetua os seus julgamentos sobre a materialidade quando prepara essas demonstrações financeiras.

O PS contém orientações sobre três áreas principais:

- ▶ Características gerais da materialidade.
- ▶ Um processo de quatro passos que pode ser usado quando se efetua um julgamento sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. Este processo descreve como a entidade avalia se determinada informação é material para o objetivo de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.
- ▶ Como efetuar julgamentos sobre a materialidade em circunstâncias específicas, nomeadamente sobre informação de períodos anteriores, erros e rácios e no contexto de reporte intercalar.
- ▶ Adicionalmente o PS discute a interação entre os julgamentos sobre a materialidade que uma empresa tem de fazer e as leis e regulamentos locais.

O PS inclui exemplos ilustrativos de como as empresas podem aplicar as orientações nele previstas.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa:

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 3 Combinações de negócios –Interesse detido previamente numa operação conjunta

- ▶ As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.
- ▶ Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
- ▶ Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

É permitida a adoção antecipada.

IFRS 11 Acordos conjuntos -Interesse detido previamente numa operação conjunta

- ▶ Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
- ▶ Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

É permitida a adoção antecipada.

IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital

- ▶ Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas.

Consequentemente, a empresa reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.

- ▶ Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.

IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização

- ▶ A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
- ▶ As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a empresa adota estas alterações.
- ▶ Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida adoção antecipada.

IFRS 17 Contratos de seguro

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes.

Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes. O núcleo da IFRS 17 é o modelo geral que é suplementado por:

- ▶ Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem da taxa variável); e
- ▶ Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação do prémio), principalmente para contratos de curta duração.

As principais características do novo modelo contabilístico dos contratos de seguro são as que se seguem:

- ▶ A mensuração do valor presente dos fluxos de caixa futuros, incorporando um ajustamento de risco, mensurado em cada período de reporte (valor realizável dos fluxos de caixa);
- ▶ Uma Contractual Service Margin (CSM), margem contratual de serviço, que é igual e oposta a qualquer ganho inicial da realização dos fluxos de caixa de um grupo de contratos, representando os ganhos não apropriados dos contratos de seguro os quais serão reconhecidos em ganhos ou perdas durante o período de vigência do serviço (i.e. período de cobertura);
- ▶ Algumas alterações no valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros são ajustadas contra a CSM e, desta forma, reconhecidas em ganhos ou perdas durante o período remanescente do serviço contratual;
- ▶ Os efeitos das alterações na taxa de desconto serão reportadas como ganhos ou perdas ou como outro rendimento integral, dependendo da política contabilística da empresa;
- ▶ A apresentação dos ganhos e dos gastos de seguros na Demonstração dos Resultados do Outro Rendimento Integral são baseados no conceito de serviços prestados durante o período;
- ▶ Os valores que o segurado irá receber, independentemente de ocorrer ou não um evento segurado (componentes de investimento não distintas), não são apresentados na demonstração de resultados, sendo reconhecidos diretamente no balanço;
- ▶ Os resultados dos serviços de seguro (receita obtida deduzida dos créditos emitidos) são apresentados separadamente dos ganhos ou perdas de seguros; e
- ▶ Divulgações extensas que forneçam informação sobre os valores reconhecidos de contratos de seguro e sobre a natureza e a extensão dos riscos decorrentes dos mesmos.

A IFRS 17 é efetiva para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021, sendo necessário apresentar os comparativos nesse ano. A aplicação antecipada é permitida desde que a empresa aplique também a IFRS 9 e a IFRS 15 na data ou na data anterior a que a empresa aplique a IFRS 17. O IASB decidiu por uma aplicação retrospectiva para a estimativa da CSM na data da transição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

No entanto, se uma aplicação retrospectiva total, como definida na IAS 8 para um grupo de contratos de seguro, não for praticável a empresa tem de escolher uma das duas alternativas:

- ▶ Abordagem retrospectiva modificada – baseada em informação razoável e devidamente sustentada que esteja disponível sem que a empresa incorra em custos ou esforços excessivos, considerando algumas modificações à aplicação retrospectiva na sua total extensão, mantendo-se, no entanto, o objetivo de alcançar o melhor resultado possível na aplicação retrospectiva;
- ▶ Abordagem do justo valor – a CSM é determinada como a diferença positiva entre o justo valor determinado em conformidade com a IFRS 13 Mensuração pelo justo valor e valor realizável dos fluxos de caixa (qualquer diferença negativa será reconhecida em resultados transitados na data de transição).

Se uma empresa não conseguir obter informação razoável e sustentada para aplicar a abordagem retrospectiva modificada, é obrigada a aplicar a abordagem do justo valor.

IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração

Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um ativo, do gasto ou do rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de ativos ou passivos não monetários relacionados com um adiantamento da consideração, a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da consideração.

Se há múltiplos pagamentos ou recebimentos de um adiantamento da consideração, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento.

Uma empresa pode aplicar esta interpretação numa base de aplicação retrospectiva total. Alternativamente pode aplicar esta interpretação prospectivamente a todos os ativos, gastos e rendimentos que estejam no seu âmbito que são inicialmente reconhecidos em ou após:

- (i) O início do período de reporte no qual a entidade aplica pela primeira vez a interpretação; ou,
- (ii) O início do período de reporte apresentado como período comparativo nas demonstrações financeiras do exercício em que a entidade aplica pela primeira vez a interpretação.

A adoção antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

IFRIC 23 – Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação), que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos. A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- ▶ Se uma empresa considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- ▶ Os pressupostos que uma empresa utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- ▶ Como uma empresa determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- ▶ Como uma empresa considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma empresa tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza. A Interpretação é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:

Vesting conditions

- ▶ Os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro. As alterações clarificam que a metodologia usada para contabilizar vesting conditions quando se mensuram transações de pagamento com base em ações liquidadas com instrumentos de capital também se aplica às transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro.

Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte

- ▶ Esta alteração adiciona uma exceção para tratar a situação estrita em que um acordo de liquidação pelo valor líquido está desenhado para cumprir com uma obrigação fiscal da empresa, ou outro tipo de regulamentação, no que respeita a retenções na fonte ao empregado para cumprir com uma obrigação fiscal deste, relacionada com o pagamento com base em ações.
- ▶ Este valor é depois transferido, normalmente em dinheiro, para as autoridades fiscais por conta do empregado. Para cumprir com esta obrigação, os termos do acordo de pagamento com base em ações podem permitir ou requerer que a entidade retenha um determinado número de instrumentos de capital equivalente ao valor monetário da obrigação fiscal do empregado, do total de instrumentos de capital que de outra forma seriam emitidos para o empregado aquando do exercício (vesting) do pagamento com base em ações (conhecida como opção de net share settlement).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

- ▶ Quando uma transação cumpre com este critério, ela não é dividida em duas componentes, mas sim classificada como um todo como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, caso assim tivessem sido classificada se não existisse a opção de net share settlement.

Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio

- ▶ A alteração clarifica que se os termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações liquidada em dinheiro são modificados, tendo como resultado que ela passa a ser uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, a transação passa a ser contabilizada como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital desde a data dessa modificação.
- ▶ Qualquer diferença (seja um débito ou um crédito) entre o valor contabilístico do passivo desconhecido e o valor reconhecido em capital na data da modificação é reconhecido imediatamente em resultados do ano.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Na data de adoção, as empresas devem de aplicar as alterações sem alterar os comparativos. Mas a aplicação retrospectiva é permitida se for aplicada às três alterações e outro critério for cumprido. É permitida a aplicação antecipada.

Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40)

As alterações vêm clarificar quando é que uma entidade deve transferir uma propriedade, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para, ou para fora de, propriedades de investimento.

As alterações determinam que a alteração do uso ocorre quando a propriedade cumpre, ou deixa de cumprir, a definição de propriedade de investimento e existe evidência da alteração do uso.

Uma simples alteração da intenção do órgão de gestão para o uso da propriedade não é evidência de alteração do uso.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

Uma entidade deve aplicar as alterações prospectivamente às alterações de uso que ocorram em ou após o início do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez estas alterações. As entidades devem reavaliar a classificação das propriedades detidas nessa data e, se aplicável, reclassificar a propriedade para refletir as condições que existiam a essa data.

A aplicação retrospectiva só é permitida se possível aplicá-la sem que a mesma seja afetada por acontecimentos que ocorreram posteriormente à data da sua aplicação.

A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Pagamentos antecipados com compensações negativas – Alterações à IFRS 9

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os cash flows implícitos sejam “apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida” (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação. As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causaram o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resultam no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento, calculado descontando a alteração aos cash flows associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa à esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as empresas contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. Devem ser aplicados retrospectivamente. Esta alteração traz requisitos específicos para adotar na transição mas apenas se as empresas a adotarem em 2019 e não em 2018 em conjunto com a IFRS 9. É permitida a adoção antecipada.

Interesses de longo prazo em Associadas ou Joint Ventures – Alterações à IAS 28

As alterações vêm clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 para interesses de longo prazo em associadas ou joint ventures às quais o método da equivalência patrimonial não é aplicado mas que, em substância, sejam parte do investimento líquido nessa associada ou joint venture (interesses de longo prazo). Esta clarificação é relevante pois

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

implica que o modelo da perda esperada da IFRS 9 deve ser aplicado a esses investimentos.

O IASB também clarificou que, ao aplicar a IFRS 9, uma entidade não tem em conta quaisquer perdas dessa associada ou joint venture, ou perdas por imparidade no investimento líquido, que estejam reconhecidas como um ajustamento ao investimento líquido decorrente da aplicação da IAS 28.

Para ilustrar como as entidades devem aplicar os requisitos da IAS 28 e da IFRS 9 no que respeita a interesses de longo prazo, o IASB publicou exemplos ilustrativos quando emitiu esta alteração.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A alteração tem de ser aplicada retrospectivamente, com algumas exceções. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

3.2.4. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes e outros valores a receber

O Crédito a clientes e outros valores a receber encontram-se registados ao valor nominal.

O custo dos bens locados, bem como o financiamento de aquisições a crédito, líquido de quaisquer descontos obtidos ou antecipações de rendas, é registado como crédito concedido.

O capital vincendo associado a contratos não rescindidos, mesmo que tenham rendas e outros valores vencidos, mantém-se classificado como crédito em situação normal.

O capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados relativos a contratos ainda em vigor, deduzidos dos juros anulados, são registados na rubrica “Crédito e juros vencidos” (Nota 3.6). Estes montantes são registados por classes temporais contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registadas na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Na rubrica de “Créditos e juros vencidos” são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos, por incumprimento das respetivas cláusulas contratuais por parte dos clientes. Nestas situações, o valor registado inclui também o capital vincendo na data de rescisão. Em geral, a Sociedade rescinde os contratos quando estes têm seis meses de prestações vencidas.

De acordo com as normas do Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Imparidade de crédito

A carteira de crédito da Sociedade está sujeita à constituição de imparidade, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº5/2015 que revogou os avisos nº 1/2005 e nº 3/95. A FCA Capital deixou de constituir provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e riscos gerais de crédito, baseando-se no modelo de imparidade desenvolvido pelo Grupo FCA Bank.

A Sociedade adota um modelo de imparidade desenvolvido pela casa mãe (*FCA Bank S.p.A.*), o qual visa estimar adequados níveis imparidade coletiva e individual. A metodologia adotada para efeitos da estimativa de imparidade coletiva aplica-se à carteira de crédito e tem por base a análise das frequências históricas da probabilidade dos contratos atingirem um incumprimento superior a oito meses (PD) e perdas históricas incorridas (LGD).

A análise individual incide sobre os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros, sendo efetuada com recurso a informação financeira e informação histórica, entre outras informações.

b) Ativos e passivos financeiros

Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os critérios definidos nas IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo seu justo valor.

3.2.5. Outras provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, tais provisões encontram-se registadas no passivo e destinam-se a fazer face a eventuais contingências legais e fiscais.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.2.6. Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, tal como preconizado na Norma IAS 39, nomeadamente, derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”, com exceção da parcela

relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações para o justo valor positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respetivamente.

3.2.7. Impostos

i) Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a taxa efetiva de imposto. Para efeitos do apuramento do resultado fiscal, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente e os passíveis de serem deduzidos, respetivamente.

A Sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida da derrama municipal à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, bem como derrama estadual à taxa de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a € 1.500.000 e inferior a € 7.500.000, atingindo desta forma uma taxa agregada de cerca de 25,5%.

ii) Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizadas na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis, prejuízos fiscais ou créditos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, na medida em que as transações que os originaram sejam refletidas igualmente nos resultados do exercício.

3.2.8. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos, sendo divulgados nas respetivas notas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um eventual ativo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controlo da Sociedade. Os ativos contingentes não são reconhecidos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.9. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida) deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com a sua vida útil estimada. As taxas de amortização praticadas traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas dos ativos:

<u>Rubrica</u>	<u>Anos</u>
Instalações	10
Outro equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8

As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como gasto do exercício, na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre:

- (i) o justo valor deduzido de custos para vender, e
- (ii) o valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é também reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.10. Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica inclui ativos não correntes cuja quantia escriturada será recuperada principalmente através de uma transação de venda, ao invés de o ser pelo uso continuado, e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais para a venda de tais ativos;
- A sua venda é altamente provável, isto é:
 - i) A Administração da Sociedade está empenhada num plano para vender o ativo;
 - ii) Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
 - iii) O ativo foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente; e
 - iv) A venda será concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

Na data do reconhecimento inicial, os ativos não correntes detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender.

Qualquer redução inicial ou posterior do ativo para o justo valor menos os custos de vender é reconhecida como uma perda por imparidade. Qualquer ganho resultante de um aumento posterior no justo valor menos os custos de vender de um ativo é reconhecido, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida anteriormente.

Enquanto estiverem classificados como detidos para venda, os ativos não correntes não são depreciados (ou amortizados).

3.2.11. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total dos saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

3.2.12. Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

3.2.13. Comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa de juro efetiva nas rubricas de “Rendimentos de serviços e comissões” e “Encargos com serviços e comissões”.

3.2.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIAÇÃO À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade, que podem afetar o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

3.3.1. Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

Adicionalmente, os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

3.3.2. Imparidade do crédito

A Sociedade adota um modelo de imparidade desenvolvido pela casa mãe (*FCA Bank S.p.A.*), o qual visa estimar adequados níveis imparidade coletiva e individual. A metodologia adotada para efeitos da estimativa de imparidade coletiva aplica-se à carteira de crédito e tem por base a análise das frequências históricas da probabilidade dos contratos atingirem um incumprimento superior a oito meses (PD) e perdas históricas incorridas (LGD).

A análise individual incide sobre os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros, sendo efetuada com recurso a informação financeira e informação histórica, entre outras informações.

3.3.3. Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis e penhores de veículos automóveis, foram efetuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições do mercado, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data do balanço.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – “Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros”.

3.3.4. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros é apurado mensalmente em função de indicadores definidos, avaliados e transmitidos pela casa-mãe.

3.4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Depósitos à ordem em bancos centrais	452.972	146.733
Caixa	0	365
	<u>452.972</u>	<u>147.098</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências criados pela aplicação do requisito de liquidez (LCR), conforme estipulado pelo Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

3.5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Banco Comercial Português, SA (Millenium BCP)	1.351.456	749.120
Caixa Geral de Depositos, SA. (CGD)	261.138	0
Outros Bancos	0	0
	<u>1.612.594</u>	<u>749.120</u>

Os depósitos à ordem acima mencionados vencem juros às taxas normais de mercado.

3.6. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte composição à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
<u>Crédito Vincendo:</u>		
<i>Retail Financing</i>		
Crédito Automóvel	60,516,831	51,533,751
Locadoras	52,607,972	46,126,524
Locação Financeira Mobiliária	37,947,999	28,451,718
Crédito ao Consumo	719,595	921,705
Locação Financeira Imobiliária	474,009	579,669
<i>Dealer Financing</i>		
Jaguar / Land Rover	22,814,069	26,678,379
Maserati	1,776,521	1,148,891
Ferrari	1,098,926	0
Corporate Identity	867,303	399,077
Cash Advance	250,000	250,000
Hymer	599,694	186,607
	179,672,919	156,276,321
<u>Crédito e Juros Vencidos:</u>		
<i>Retail Financing</i>		
Crédito Automóvel	2,276,376	2,659,092
Locação Financeira Mobiliária	864,170	767,478
Crédito ao Consumo	81,979	109,338
Locadoras	13,071	21,081
<i>Dealer Financing</i>		
Cash Advance	991,243	864,000
Jaguar / Land Rover	121,959	0
Ferrari	61,861	0
Hymer	750	0
	4,411,409	4,420,989
<u>Outros</u>		
Prémios de seguro de contratos de locação financeira	592,246	517,111
	592,246	517,111
Total de crédito concedido	184,676,574	161,214,421
Juros a receber de crédito concedido	365,138	346,486
<u>Comissões diferidas com base na taxa efectiva (proveitos):</u>		
Comissões administrativas	(2,518,641)	(2,075,276)
Comissões de seguros	(1,717,044)	(1,255,086)
Comissões de campanhas	(540,682)	(448,231)
	(4,776,367)	(3,778,593)
<u>Comissões diferidas com base na taxa efectiva (custos):</u>		
Comissões de angariação de contratos	2,787,586	2,473,474
Comissões administrativas	506,181	400,654
Comissões de seguros	0	0
	3,293,767	2,874,128
Total de diferimentos	(1,482,600)	(904,465)
Crédito a clientes antes de depreciações e imparidades	183,559,112	160,656,442
Imparidade de crédito a clientes	(7,389,499)	(7,142,719)
Crédito a clientes líquido de depreciações e imparidades	176,169,613	153,513,723

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Credito Vincendo – locadoras” representa o montante de crédito concedido a locadoras por um prazo máximo de 2 anos. Atualmente, por via da alteração contratual efetuada em 2015, a FCA Capital tem a opção de venda das viaturas retomadas à *Fiat Chrysler Automobiles Portugal, SA* (FCA Portugal), pelo valor das viaturas à data da retoma, não podendo o mesmo exceder o valor residual definido contratualmente (Nota 3.24).

À data de 31 de dezembro de 2017 o crédito vivo e respetivo valor de retoma associado a esta rubrica ascendia a 7.639.081 Euros e 44.968.890 Euros, respetivamente (Em 31 de dezembro de 2016 estes montantes eram respetivamente de 6.899.815 Euros e 39.226.708 Euros). Como garantia do cumprimento das responsabilidades pelas locadoras, a Sociedade dispõe de garantias bancárias que cobrem uma parte substancial do crédito concedido.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas “Crédito vincendo - Jaguar/Land Rover”, “Crédito vincendo – Hymer”, “Crédito vincendo – Maserati” e “Crédito vincendo – Ferrari” e, “Crédito e juros vencidos - Jaguar/Land Rover”, “Crédito e juros vencidos – Hymer”, “Crédito e juros vencidos – Maserati” e “Crédito e juros vencidos – Ferrari” referem-se a financiamentos concedidos a concessionários representantes das marcas “Jaguar”, “Land Rover”, “Hymer” e “Maserati”, bem como a oficinas de reparação para a aquisição de veículos e peças daquelas marcas. Como garantia do cumprimento daquelas responsabilidades, a Sociedade dispõe de garantias bancárias que cobrem uma parte significativa do valor em dívida.

Nas mesmas datas, o montante de crédito concedido, bem como as respetivas garantias bancárias afetas eram como segue:

CRÉDITO A CLIENTES (JAGUAR LAND ROVER)

	2017			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
Revor Lisboa, S.A.	6.046.717	35.544	6.082.261	1.375.000
Carclasse – Comércio de Automóveis, S.A.	5.586.714	0	5.586.714	1.150.000
M. Coutinho Centro – Comércio de Automóveis, S.A.	3.161.528	0	3.161.528	414.000
Revor Porto, S.A.	2.347.950	86.415	2.434.365	782.500
JOP – Veículos e Peças, S.A.	2.345.584	0	2.345.584	402.500
Fomento Industrial e Agrícola do Algarve, Lda.	2.003.535	0	2.003.535	487.500
Auto - Sueco II Automóveis, S.A.	1.038.403	0	1.038.403	410.000
M. Coutinho Porto – Comércio de Automóveis, S.A.	283.638	0	283.638	0
Outros	0	0	0	0
	<u>22.814.069</u>	<u>121.959</u>	<u>22.936.028</u>	<u>5.021.500</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	2016			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
Revor Lisboa, S.A.	6.522.118	0	6.522.118	1.375.000
Carclasse – Comércio de Automóveis, S.A.	6.117.843	0	6.117.843	1.150.000
M. Coutinho Centro – Comércio de Automóveis, S.A.	0	0	0	0
Revor Porto, S.A.	2.562.186	0	2.562.186	782.500
JOP – Veículos e Peças, S.A.	1.565.630	0	1.565.630	402.500
Fomento Industrial e Agrícola do Algarve, Lda.	2.870.825	0	2.870.825	487.500
Auto - Sueco II Automóveis, S.A.	561.237	0	561.237	410.000
M. Coutinho Porto – Comércio de Automóveis, S.A.	1.283.999	0	1.283.999	414.000
Outros	5.194.541	0	5.194.541	347.500
	<u>26.678.379</u>	<u>0</u>	<u>26.678.379</u>	<u>5.369.000</u>

CRÉDITO A CLIENTES (MASERATI)

	2017			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
AML Sport, S.A.	1.776.521	0	1.776.521	400.000
	<u>1.776.521</u>	<u>0</u>	<u>1.776.521</u>	<u>400.000</u>

	2016			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
AML Sport, S.A.	1.148.891	0	1.148.891	1.500.000
	<u>1.148.891</u>	<u>0</u>	<u>1.148.891</u>	<u>1.500.000</u>

CRÉDITO A CLIENTES (FERRARI)

	2017			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
FBO Motor Sports - Com. Rep. Automóveis, Lda.	1.098.926	61.861	1.160.787	400.000
	<u>1.098.926</u>	<u>61.861</u>	<u>1.160.787</u>	<u>400.000</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

2016			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
			Garantias bancárias
FBO Motor Sports - Com. Rep. Automóveis, Lda.	0	0	0
	0	0	0

CRÉDITO A CLIENTES (HYMER)

2017			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
			Garantias bancárias
J. C. & Parracho - Rent-a-Car, Lda.	452.858	0	452.858
J. Sousa Mesquita, Lda.	146.836	750	147.586
	599.694	750	600.444

2016			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
			Garantias bancárias
J. C. & Parracho - Rent-a-Car, Lda.	186.607	0	186.607
J. Sousa Mesquita, Lda.	0	0	0
	186.607	0	186.607

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Crédito vincendo e vencido – *Cash Advance*” refere-se essencialmente a empréstimos de curto prazo concedidos a concessionários e postos de venda enquadrados na política comercial da Sociedade (*Cash advance*). De acordo com os contratos celebrados, os concessionários e os postos de venda propõem-se colocar mensalmente na Sociedade contratos de financiamento a clientes de valor pelo menos igual ao do empréstimo concedido.

Apresenta-se de seguida, nesta datas, a decomposição dos respetivos saldos:

2017		
	Crédito vivo	Crédito vencido
		Crédito total
C.A.M. - Camiões, Automóveis e Motores, S.A.	311.900	0
SGS Car - Soc. Com. Automóveis, Lda.	229.062	0
Martins de Sá & Irmão, S.A.	124.557	0
S. C. Automóveis e Componentes, S.A.	112.042	0
M. Coutinho Centro – Comércio de Automóveis, S.A.	89.742	0
	867.303	0

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	2016		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
C.A.M. - Camiões, Automóveis e Motores, S.A.	0	0	0
SGS Car - Soc. Com. Automóveis, Lda.	283.171	0	283.171
Martins de Sá & Irmão, S.A.	0	0	0
S. C. Automóveis e Componentes, S.A.	115.906	0	115.906
M. Coutinho Centro – Comércio de Automóveis, S.A.	0	0	0
	399.077	0	399.077

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Crédito vincendo e vencido – *Corporate Identity*” refere-se essencialmente a empréstimos de médio prazo concedidos a concessionários para a renovação das suas imagens cooperativas. Apresenta-se de seguida, nesta datas, a decomposição dos respetivos saldos:

	2017		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
SGS Car - Soc. Com. Automóveis, Lda.	200.000	0	200.000
Automeclis - Comércio de Automóveis, S.A.	50.000	0	50.000
Ficacém - Com. Reparação de Automóveis, S.A.	0	650.000	650.000
Funchalauto - Com. Indústria de Automóveis, Lda.	0	200.000	200.000
Fimafra - Automóveis e Equipamentos, Lda.	0	127.243	127.243
Barreiros & Duarte, Com. Aum. Unip. Lda.	0	14.000	14.000
	250.000	991.243	1.241.243

	2016		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
SGS Car - Soc. Com. Automóveis, Lda.	200.000	0	200.000
Automeclis - Comércio de Automóveis, S.A.	50.000	0	50.000
Ficacém - Com. Reparação de Automóveis, S.A.	0	650.000	650.000
Funchalauto - Com. Indústria de Automóveis, Lda.	0	200.000	200.000
Fimafra - Automóveis e Equipamentos, Lda.	0	0	0
Barreiros & Duarte, Com. Aum. Unip. Lda.	0	14.000	14.000
	250.000	864.000	1.114.000

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Comissões diferidas com base na taxa efetiva (custos)” corresponde a encargos suportados pela sociedade no âmbito do processo de aceitação e celebração de contratos junto da sua rede de captação de negócio.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Comissões diferidas com base na taxa efetiva (proveitos) - Comissões de campanhas” corresponde à comparticipação da FCA Portugal nas campanhas realizadas pela Sociedade. As comparticipações da FCA Portugal são recebidas no início dos contratos e diferidas de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Nos exercícios de 2017 e 2016, a Sociedade reconheceu em proveitos na rubrica “Juros e rendimentos similares – De campanhas” os montantes de 329.646 Euros e 121.166 Euros, respetivamente (Notas 3.17 e 3.24).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas “Comissões diferidas com base na taxa efetiva (proveitos) – Comissões administrativas” corresponde a valores de comissões cobrados aos clientes durante a celebração do contrato, bem como por diversos serviços prestados pela sociedade durante o decurso do mesmo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas “Comissões diferidas com base na taxa efetiva (proveitos) – Comissões de seguros” corresponde a valores de comissões recebidas pela sociedade pela sua atividade de mediador de seguros junto da sua carteira de clientes.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o crédito vincendo apresenta a seguinte estrutura por prazos residuais de vencimento (posição de cada contrato, considerando o escalão de prazo referente à última prestação):

	2017	2016
Até 3 meses	16.801.715	10.863.725
De três meses a um ano	57.546.788	62.233.011
De um a três anos	37.497.065	31.691.531
De três a cinco anos	27.392.989	23.627.543
Mais de cinco anos	40.420.427	27.860.110
Indeterminado	13.935	399
	<u>179.672.919</u>	<u>156.276.321</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o crédito e juros vencidos apresenta a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2017	2016
Até 3 meses	384.858	134.066
De três meses a um ano	323.501	385.160
De um a cinco anos	3.277.674	3.891.460
Mais de cinco anos	425.376	10.303
	<u>4.411.409</u>	<u>4.420.989</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o crédito vincendo associado a contratos não rescindidos com crédito vencido há mais de 90 dias:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	2017	2016
Vincendo associado a vencido com + 90 dias	2.357.610	675.436
	<u>2.357.610</u>	<u>675.436</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a imparidade registada para fazer face ao risco de crédito pode ser analisada como segue:

	2017	2016
<i>Retail Financing</i>		
Crédito Automóvel	2.397.043	2.782.131
Locação Financeira Mobiliária	2.510.669	851.977
Crédito ao Consumo	90.147	114.181
Locadoras	18.791	2.164.539
Locação Financeira Imobiliária	138	5.797
<i>Dealer Financing</i>		
Jaguar / Land Rover	1.196.334	266.784
Cash Advance	1.041.349	924.000
Maserati	68.957	11.489
Ferrari	38.039	0
Corporate Identity	27.745	19.955
Hymer	287	1.866
	<u>7.389.499</u>	<u>7.142.719</u>

3.7. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica é composta por um imóvel recuperado pela Sociedade resultante da entrada em situação de incumprimento por parte do locatário de um contrato de leasing imobiliário. O mesmo foi reavaliado à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016 originando um registo de perdas por imparidade conforme se segue:

	2017	2016
Ativos não correntes disponíveis para venda	434,274	434,274
Imparidade	(218,174)	(198,522)
	<u>216,100</u>	<u>235,752</u>

A Sociedade vendeu o imóvel em Fevereiro de 2018, por 225.000 Euros, Tendo pago uma comissão por intermediação de venda de 13.838 Euros.

3.8. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2016			2017		
	Valor de balanço (Bruto)	Amortizações e imparidades acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos	Valor de balanço (Bruto)
Instalações	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	38.818	(21.835)	47.000	(10.727)	(12.131)	47.000
Ferramentas e utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>38.818</u>	<u>(21.835)</u>	<u>47.000</u>	<u>(10.727)</u>	<u>(12.131)</u>	<u>47.000</u>
						<u>(5.875)</u>

3.9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, designadamente em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e pelo período de cinco anos em sede de Segurança Social, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2014 a 2017. Adicionalmente, e de acordo com o Artigo 63º do Código do IRC, a Autoridade Tributária e Aduaneira poderá efetuar as correções necessárias para a determinação do lucro tributável, sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado com base na contabilidade seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

Em virtude de diferentes interpretações da legislação fiscal poderão ser efetuadas eventuais correções pelas autoridades fiscais. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto corrente, relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser demonstrada como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	2017		2016	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		7,420,105		6,576,914
Imposto com base na taxa de imposto nominal	24.89%	1,847,127	24.82%	1,632,113
Tributação autónoma	0.76%	56,309	0.65%	42,668
Contribuição para o sector bancário	1.05%	77,713	0.85%	55,594
Correcções de estimativa do exercício anterior	0.26%	18,998	0.07%	4,833
Ajustamento tributário, líquido	(0.29%)	(21,674)	(0.23%)	(15,024)
	<u>26.66%</u>	<u>1,978,473</u>	<u>26.15%</u>	<u>1,720,184</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a taxa nominal de imposto foi apurada da seguinte forma:

	2017			
	Taxa de imposto	Resultado antes de impostos	Imposto	Taxa nominal
Taxa normal de imposto	22,50%	1.500.000	337.500	4,55%
Taxa normal de imposto acrescida da derrama	25,50%	5.920.105	1.509.627	20,35%
		<u>7.420.105</u>	<u>1.847.127</u>	<u>24,89%</u>

	2016			
	Taxa de imposto	Resultado antes de impostos	Imposto	Taxa nominal
Taxa normal de imposto	22,50%	1.500.000	337.500	5,13%
Taxa normal de imposto acrescida da derrama	25,50%	5.076.914	1.294.613	19,68%
		<u>6.576.914</u>	<u>1.632.113</u>	<u>24,82%</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o imposto corrente a pagar foi determinado como segue:

	2017	2016
Estimativa de imposto corrente do exercício	1.959.475	1.425.367
Pagamentos por conta	(1.399.992)	(1.089.782)
Retenções de impostos na fonte	(5.430)	(1.714)
Imposto a recuperar / pagar	<u>554.053</u>	<u>333.871</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

O movimento verificado nos ativos e passivos por impostos diferidos, durante os exercícios de 2017 e 2016 diz respeito essencialmente à constituição de provisões temporariamente não aceites como custo fiscal, conforme se segue:

Rubrica	Saldos a 31-12-2016	Reforços	Reversões	Transf. + / -	Saldos a 31-12-2017
Riscos gerais de crédito	24.833	0	0	0	24.833
Para imparidade do crédito	257.266	436.774	(379.878)	156.337	470.499
Imparidade e ajustamentos em imóveis	48.042	4.756	0	0	52.798
Outras provisões	685.184	65.486	(152.193)	0	598.477
	<u>1.015.325</u>	<u>507.016</u>	<u>(532.071)</u>	<u>156.337</u>	<u>1.146.607</u>

Rubrica	Saldos a 31-12-2015	Reforços	Reversões	Transf. + / -	Saldos a 31-12-2016
Riscos gerais de crédito	24.833	0	0	0	24.833
Para imparidade do crédito	680.705	0	(423.439)	0	257.266
Imparidade e ajustamentos em imóveis	45.697	2.345	0	0	48.042
Outras provisões	554.074	131.110	0	0	685.184
	<u>1.305.309</u>	<u>133.455</u>	<u>(423.439)</u>	<u>0</u>	<u>1.015.325</u>

3.10. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
<u>Devedores diversos</u>		
* Concessionários	1.781.402	350.384
* FCA Dealer Services Portugal, S.A. (Nota 3.24)	1.191.912	1.167.633
* FCA Portugal, S.A. (Nota 3.24)	223.429	0
* FCA Capital France, S.A. (Nota 3.24)	57.584	0
* FCA Motor Village Portugal, S.A. (Nota 3.24)	16.876	0
* Comissões de seguros	391.623	223.813
* Contratos em receção	11.102.435	2.136.284
* Outros	228.716	270.638
<u>Setor Público Administrativo</u>		
* Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar	6.987.234	4.663.551
	<u>21.981.211</u>	<u>8.812.303</u>
Imparidade em outros ativos	(1.558)	0
Outros ativos líquidos de imparidade	<u>21.979.653</u>	<u>8.812.303</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica “FCA Dealer Services” corresponde essencialmente ao valor equivalente a contratos ativados no início de 2018, calculado com base na atribuição de contratos de Crédito e Leasing atribuídos neste exercício por intermediação das sociedades com contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Comissões de seguro” corresponde às comissões a receber das seguradoras *Financial Insurance Company Limited (Grupo AXA)* e *Financial Assurance Company Limited (Grupo AXA)*, que atuam em Portugal sob a marca comunitária *AXA Partners – Credit & Lifestyle Protection*, pela angariação de contratos de seguros associados aos contratos de locação financeira e de crédito ao consumo celebrados pela Sociedade. Adicionalmente, o saldo desta rubrica inclui os prémios a receber da *AXA Partners – Credit & Lifestyle Protection* relativos a contratos rescindidos antecipadamente, bem como as comissões a receber relativamente ao último trimestre de 2017 e 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Concessionários” refere-se, essencialmente, a débitos de Imposto Único de Circulação, juros debitados a concessionários JLR e à faturação de valores residuais de contratos de locação financeira efetuados a estes nos últimos dias do mês.

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica “Outros” inclui nomeadamente, os montantes de 44.744 Euros e 152.817 Euros, respetivamente, a juros de campanhas e comissões em processos de contratos RAC atribuíveis à FCA Portugal, SA (Nota 3.24). Em 31 de Dezembro de 2016 estes montantes eram de 47.205 Euros e 136.392 respetivamente.

3.11. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica refere-se ao justo valor de operações de *swaps* de taxa de juro contratadas com a casa-mãe (*FCA Bank S.p.A*) (5 e 6 operações em 2017 e 2016, respetivamente). No âmbito de tais contratos, a Sociedade troca taxas de juro fixas por taxas de juro variáveis.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o justo valor dos *swaps* e os prazos residuais por montante nocional apresentam o seguinte detalhe:

2017								
Justo valor	Até 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 1 ano	> 1 ano ≤ 2 anos	> 2 anos ≤ 3 anos	> 3 anos ≤ 5 anos	> 5 anos	Valor nocional total
79,745	-	-	-	3,100,000	250,000	-	-	3,350,000
40,970	500,000	500,000	1,000,000	500,000	-	-	-	2,500,000
16,075	-	-	-	-	1,000,000	300,000	-	1,300,000
9,818	1,000,000	-	1,000,000	-	-	-	-	2,000,000
596	-	1,700,000	1,000,000	1,000,000	1,000,000	-	-	4,700,000
147,204	1,500,000	2,200,000	3,000,000	4,600,000	2,250,000	300,000	0	13,850,000

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

2016								
Justo valor	Até 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 1 ano	> 1 ano ≤ 2 anos	> 2 anos ≤ 3 anos	> 3 anos ≤ 5 anos	> 5 anos	Valor nocional total
118.645	-	500.000	1.000.000	2.000.000	500.000	-	-	4.000.000
132.219	-	-	-	-	3.100.000	250.000	-	3.350.000
38.045	1.000.000	-	1.000.000	2.000.000	-	-	-	4.000.000
31.643	-	1.600.000	-	-	-	1.300.000	-	2.900.000
5.074	-	-	3.700.000	2.700.000	1.000.000	1.000.000	-	8.400.000
4.600	6.500.000	-	-	-	-	-	-	6.500.000
330.226	7.500.000	2.100.000	5.700.000	6.700.000	4.600.000	2.550.000	0	29.150.000

Os juros a pagar incluídos no apuramento do justo valor dos contratos de *swap* em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 2016, nos montantes de 16.146 Euros e 5.792 Euros, respectivamente, foram registados por contrapartida da rubrica de “Juros e encargos similares” (Nota 3.17).

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados” da demonstração de resultados no montante de 180.841 e 269.736 Euros, respetivamente, refere-se ao impacto líquido da reavaliação das operações de derivativos.

3.12. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
<u>À vista</u>		
* Descobertos bancários	0	2.563.148
<u>A prazo ou com pré-aviso</u>		
* Empréstimos de curto prazo	30.500.000	65.000.000
* Empréstimos de médio e longo prazo	65.000.000	0
	95.500.000	67.563.148
Juros a pagar	42.569	340
	95.542.569	67.563.488

Em 31 de dezembro de 2016, os descobertos bancários encontravam-se domiciliados na seguinte instituição financeira e apresentavam as seguintes condições contratuais:

	2017	2016	Limite Crédito	Remuneração
Caixa Geral de Depósitos	0	2,563,148	15,000,000	EUR 12M (floor 0%) + 1,75%
	0	2,563,148	15,000,000	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os empréstimos obtidos a prazo, ou com pré-aviso, encontravam-se domiciliados nas seguintes entidades:

	2017	2016
Caixa Geral de Depósitos	0	2.563.148
Credit Agricole Consumer Finance	0	65.000.000
FCA Bank (Nota 3.24)	95.500.000	0
	<u>95.500.000</u>	<u>67.563.148</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os empréstimos obtidos a prazo ou com pré-aviso apresentam a seguinte estrutura em função do seu prazo residual:

	2017	2016
Até três meses	30.500.000	65.000.000
De um a três anos	65.000.000	0
	<u>95.500.000</u>	<u>65.000.000</u>

3.13. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADES

O movimento nas provisões e imparidades até 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017				
	Saldos em 31.12.16 *	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências
Imparidade de crédito a clientes (Nota 3.6)	7,142,719	2,702,039	(2,284,895)	(170,364)	0
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 3.7)	198,522	19,652	0	0	0
Imparidade de outros ativos (Nota 3.10)	0	1,558	0	0	0
	<u>7,341,241</u>	<u>2,723,249</u>	<u>(2,284,895)</u>	<u>(170,364)</u>	<u>0</u>
Provisões para garantias e compromissos assumidos	634,250	0	(234,250)	0	0
Provisões para riscos bancários gerais	1,128,734	721,931	(551,489)	(296,040)	0
Provisões para outras aplicações	0	0	0	0	0
	<u>1,762,984</u>	<u>721,931</u>	<u>(785,739)</u>	<u>(296,040)</u>	<u>0</u>
	<u>9,104,225</u>	<u>3,445,180</u>	<u>(3,070,634)</u>	<u>(466,404)</u>	<u>0</u>

* Valores reexpressos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	2016					Saldos em 31.12.16 *
	Saldos em 31.12.15	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	
Imparidade de crédito a clientes (Nota 3.6)	8.698.492	3.480.076	(4.980.257)	(55.592)	0	7.142.719
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 3.7)	188.832	9.690	0	0	0	198.522
Imparidade de outros ativos (Nota 3.10)	52.791	0	(46.634)	(6.157)	0	0
	<u>8.940.115</u>	<u>3.489.766</u>	<u>(5.026.891)</u>	<u>(61.749)</u>	<u>0</u>	<u>7.341.241</u>
Provisões para garantias e compromissos assumidos	634.250	0	0	0	0	634.250
Provisões para riscos bancários gerais	743.766	621.662	(236.694)	0	0	1.128.734
Provisões para outras aplicações	0	40.696	0	(40.696)	0	0
	<u>1.378.016</u>	<u>621.662</u>	<u>(236.694)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1.762.984</u>
	<u>10.318.131</u>	<u>4.111.428</u>	<u>(5.263.585)</u>	<u>(61.749)</u>	<u>0</u>	<u>9.104.225</u>

* Valores reexpressos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Sociedade assumiu perante a FCA Dealer Services o risco de incobrabilidade das responsabilidades do produto *Cash Advance* dos concessionários abaixo indicados tendo constituído uma provisão para fazer face ao compromisso de recompra destes ativos e de compensação da FCA Dealer Services pelas perdas em que esta venha a incorrer resultante do processo de cobrança dos créditos.

Em 2017, a FCA Capital recomprou a dívida da Fimafr, tendo desreconhecido a respetiva provisão e reconhecido a imparidade para essa dívida nas suas demonstrações financeiras.

	2017	2016
Mundaauto - Sociedade Comercial de Automóveis, S.A.	400.000	400.000
Fimafr - Automóveis e Equipamentos, Lda.	0	234.250
	<u>400.000</u>	<u>634.250</u>

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica "Outras provisões" no total de 1.403.136 Euros inclui, conforme referido acima, 400.000 Euros para fazer face ao risco de incobrabilidade no produto *Cash Advance*, 829.571 Euros para cobrir desvalorizações de valores residuais e 173.565 Euros para cobrir outros encargos operativos, nomeadamente despesas com acondicionamento de viaturas locadas e coimas.

3.14. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
<u>Fornecedores</u>	125.549	56.336
<u>Credores diversos</u>		
* FCA Portugal, S.A. (Nota 3.24)	3.504.929	391.151
* Concessionários	796.545	87.950
* Comissões de seguros (Nota 3.27)	387.295	466.419
* Pagamentos parcelares e outros recebimentos a regularizar	274.423	160.412
* Cauções recebidas	162.944	92.680
* FCA Bank, S.p.A.	120.160	0
* FCA Motor Village Portugal, S.A. (Nota 3.24)	420.863	7.185
* Outros	21.081	75.486
<u>Remunerações a liquidar</u>	452.440	425.151
<u>Custos administrativos</u>		
* Bónus de volume	579.521	673.077
* Custos com campanhas	169.848	55.200
* FCA Capital España, E.F.C. S.A.	162.549	345.143
* Auditoria e consultoria	46.403	181.969
* Outros	0	71.082
<u>Receitas com rendimento diferido</u>	0	98.835
<u>Setor Público Administrativo</u>		
* Imposto de selo	81.886	82.833
* Contribuições para a Segurança Social	40.155	32.090
* Outros impostos	36.893	30.858
	7.383.484	3.333.857

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Comissões de seguros” refere-se à estimativa dos prémios dos contratos de seguro angariados pela Sociedade que ainda não foram faturados pela *Genworth Financial*.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o saldo da rubrica “Pagamentos parcelares e outros recebimentos por regularizar” refere-se, essencialmente, a antecipações de contratos e a pagamentos parciais de prestações que apenas foram associados aos respetivos contratos de locação financeira no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2016, a sociedade registou uma importância de 391.151 euros a favor da FCA Portugal, SA. que diz respeito à devolução de um pagamento em excesso efetuado à sociedade em epígrafe.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em 31 de dezembro de 2017, a sociedade registou a importância de 3.504.9291 euros a favor da FCA Portugal, SA. que diz respeito à facturação de viaturas, que irão ter contratos activados em 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Remunerações a liquidar” inclui essencialmente a especialização de férias e subsídio de férias e dos prémios a pagar no exercício seguinte aos colaboradores, nos montantes de 246.172 Euros e 181.835 Euros, respetivamente (282.597 Euros e 111.839 Euros para o subsídio de férias e para os prémios a liquidar em 31 de Dezembro de 2016, respetivamente).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Bónus volume” refere-se aos incentivos a pagar a concessionários, decorrentes do volume de vendas obtido por estes nos últimos meses do ano. O montante apresentado inclui um valor a pagar à FCA Motor Village que ascende a 302.326 Euros e um montante de 13.351 a pagar à FCA Dealer Services (Nota. 3.24).

3.15. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 2.000.000 de ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas na sua totalidade pelo *FCA Bank S.p.A.*.

3.16. OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCROS DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2017	2016
Outras reservas e resultados transitados		
* Reservas legais	8.888.230	8.100.448
* Reservas livres	59.235.507	59.235.507
* Resultados transitados e outras reservas	13.047.904	8.978.957
	<u>81.171.641</u>	<u>76.314.912</u>
Resultado líquido do exercício	5.416.577	4.856.730
	<u><u>86.588.218</u></u>	<u><u>81.171.642</u></u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Aplicação dos resultados

Na próxima Assembleia Geral, será proposto pelo Conselho de Administração da Sociedade a aplicação do resultado líquido do exercício de 2017.

3.17. JUROS E RENDIMENTOS / ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Juros e rendimentos similares</u>		
* De crédito concedido	6.947.398	6.330.278
* De disponibilidades	0	5.763
<u>Comissões recebidas associadas ao custo amortizado</u>		
* Comissões administrativas (Notas 3.6 e 3.24)	3.305.503	2.830.704
* Comissões de seguros	497.906	577.083
* De campanhas (Notas 3.6 e 3.24)	329.646	230.672
	<u>11.080.453</u>	<u>9.974.500</u>
<u>Juros e encargos similares</u>		
* De empréstimos	715.816	1.096.042
* De instrumentos derivados - IRS Swaps	189.553	367.203
<u>Comissões pagas associadas ao custo amortizado</u>		
* Comissões por angariação de contratos	1.463.735	1.566.021
	<u>2.369.104</u>	<u>3.029.266</u>
Margem Financeira	<u>8.711.349</u>	<u>6.945.234</u>

Para efeitos de comparabilidade da informação, o valor de 382.830 Euros referentes a recuperação de juros provenientes de operações abatidas à carteira de crédito em 2016 foram reclassificados para “Outros resultados de exploração” (Notas 3.2.2 e 3.20).

Adicionalmente, para efeitos de comparabilidade, em 2016 as comissões de seguros (577.083 Euros), as comissões administrativas para abertura de crédito (2.830.704 Euros) e as comissões de angariação de contratos (-1.566.021 Euros) foram reclassificadas para a margem financeira (Notas 3.2.2, 3.18 e 3.19).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Comissões recebidas ao custo amortizado - de campanhas” refere-se a comissões auferidas pela Sociedade no âmbito de ações promocionais pelas respetivas marcas. Estas comissões são diferidas ao longo da vida dos contratos e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

Está incluída nesta rubrica a comparticipação da FCA Portugal nas campanhas realizadas pela Sociedade tendo sido reconhecidos relativamente a estas comparticipações os montantes de 286.942 Euros e 121.166 Euros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente (Notas 3.17 e 3.24).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Comissões administrativas” refere-se ao valor cobrado pela Sociedade aos seus clientes, por contrato celebrado, no âmbito do processo de aprovação de crédito. Estas comissões são diferidas e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Comissões de seguros” corresponde às comissões recebidas pela angariação de contratos de seguros. Estas comissões são diferidas e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Juros e encargos similares – de empréstimos” inclui juros relativos aos financiamentos obtidos junto do *FCA Bank S.p.A.*, nos montantes de 609.984 Euros e 912.958 Euros, respetivamente (Nota 3.24).

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Juros e encargos similares – de empréstimos” inclui juros relativos aos financiamentos obtidos junto do *Credit Agricole Consumer Finance, S.A.*, no montante de 17.250 Euros (Nota 3.24).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Comissões por angariação de contratos” respeitava aos custos suportados pela Sociedade, por contrato celebrado, no âmbito do processo de aprovação de crédito. Estas comissões são diferidas e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica inclui os custos suportados pela Sociedade relativamente à FCA Motor Village Portugal, S.A. nos montantes de 663.861 Euros e 244.674 Euros, respetivamente (Nota 3.24).

3.18. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
<u>Reembolso de despesas</u>		
* De despesas de cobrança	213.149	340.059
* De portes	299.977	318.825
Comissões associadas ao negócio JLR	1.030.561	91.314
Outras comissões	32.644	13.097
<u>Prestação de serviços diversos</u>		
* Penalizações por antecipações	67.194	35.479
* Outras penalizações	178.620	35.549
	<u>1.822.145</u>	<u>834.323</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Reembolso de despesas - Despesas de cobrança” corresponde ao valor debitado pela Instituição pelo atraso no pagamento de prestações por parte dos seus clientes, sendo o mesmo apenas registado no momento do seu recebimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Reembolso de despesas - Portes” corresponde ao valor debitado pela Instituição aos seus clientes por cada prestação cobrada.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Prestação de serviços diversos” corresponde ao valor debitado pela Instituição resultante de alterações solicitadas pelos clientes relacionadas com a antecipação dos contratos e de outras condições contratuais.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Comissões associadas ao negócio JLR” incorpora respetivamente os montantes de 529.002 e 91.314 Euros, respetivamente, correspondentes ao valor debitado pela Instituição resultante acções promocionais desenvolvidas em conjunto com a JLR.

Em 31 de dezembro de 2017 o contrato de cooperação existente com a Jaguar Land Rover Group finalizou pelo que a Instituição reconheceu os rendimentos que daí resultaram num montante de 501.559 Euros.

3.19. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Comissões associadas ao negócio JLR	286.895	0
Comissões por operações realizadas por terceiros	50.495	56.005
Outras comissões pagas	62.070	0
	<u>399.460</u>	<u>56.005</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Comissões associadas ao negócio JLR” é constituído por encargos suportados pela Instituição na realização de acções promocionais desenvolvidas em conjunto com a JLR.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Comissões por operações realizadas por terceiros” refere-se a custos associados à cobrança de valores nas restantes instituições de crédito nacionais, onde se encontram domiciliadas as contas de depósitos dos clientes da Sociedade.

3.20. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
<u>Outros rendimentos de exploração:</u>		
Recuperação de crédito		
* Capital	745.233	886.216
* Juros e outras despesas	370.967	617.126
FCA Dealer Services Portugal, S.A. (Nota 3.24)	259.269	0
Crédit Agricole Consumer Finance, S.A. (Nota 3.24)	66.280	0
Emolumentos	39.659	110.119
Ganhos em ativos não financeiros (tangíveis)	13.990	0
Outras		
* Reservas de propriedade	96.098	23.499
* Reembolso de despesas de tribunal	4.949	3.787
* Mais-valias em bens adquiridos por recuperação	1.709	45.121
* Outros	0	3.124
	<u>1.598.154</u>	<u>1.688.992</u>
<u>Outros encargos de exploração:</u>		
Impostos indiretos	(19.335)	(6.113)
Fundo de resolução	(18.447)	(10.103)
Quotizações e donativos	(7.183)	(7.183)
Outros	(16.123)	(12.609)
	<u>(61.088)</u>	<u>(36.008)</u>
	<u>1.537.066</u>	<u>1.652.984</u>

Para efeitos de comparabilidade da informação, o valor de 382.830 Euros referentes a recuperação de juros provenientes de operações abatidas à carteira de crédito em 2016 foram reclassificados “Juros e rendimentos similares” para “Outros resultados de exploração” (Notas 3.2.2 e 3.17).

A rubrica de “Recuperação de crédito” compreende os valores referentes a dívidas de clientes recuperados através da via judicial e extra judicial.

A rubrica de reembolso de despesas, nomeadamente “Emolumentos” e “Reservas de propriedade”, é composta essencialmente pelos valores faturados a concessionários e outros agentes com intervenção no financiamento de viaturas, referentes a registos na conservatória do registo automóvel e de notariado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A rubrica de “Mais-valias em bens adquiridos por recuperação” resulta da diferença positiva entre a venda dos automóveis locados em regime Leasing e o valor desses mesmos bens registados nos livros da sociedade.

Durante o ano de 2017 a Insituição celebrou um contrato de prestação de serviços com a FCA Dealer Portugal, SA, cujo objeto abrange: serviços de apoio e manutenção de IT e serviços administrativos de contabilidade, de gestão de recursos humanos e, outros serviços de suporte. O valor correspondente a este contrato ascendeu ao montante de 259.269 Euros.

3.21. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Remunerações dos Órgãos de Administração	2.100	49.958
Remunerações dos empregados	1.401.379	1.435.279
Encargos Sociais		
* Segurança Social	345.331	375.281
* Outros	15.723	10.036
	361.054	385.317
Outros encargos com o pessoal		
* Indemnizações contratuais	63.336	0
* Seguros de saúde	25.209	23.490
* Formação obrigatória	12.498	20.553
* Despesas de recrutamento	14.576	15.715
* Outros	14.154	11.132
	129.773	70.890
	1.894.306	1.941.444

Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Indemnizações contratuais” referia-se ao montante pago a título de indemnizações por contratos celebrados com funcionários da Sociedade.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o número médio de pessoal ao serviço da Sociedade era de 40 e 39 empregados, respetivamente.

3.22. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Fornecimentos de terceiros:</u>		
* Água, energia e combustíveis	26.969	31.709
* Material de consumo corrente	1.361	490
* Outros	1.008	228
	<u>29.338</u>	<u>32.427</u>
<u>Serviços de terceiros</u>		
* FCA Dealer Services (Nota 3.24)	560.633	739.931
* Trabalho independente	328.024	342.932
* Reservas, transferências e registos	217.394	103.318
* Rent-a-car (Nota 3.24)	150.644	147.160
* Serviços especializados de informática	123.526	64.957
* Serviços de recuperação de créditos	122.900	66.548
* FCA Capital España, E.F.C. S.A.	120.218	390.995
* Auditoria e consultoria	105.090	72.712
* Material de publicidade	96.053	35.127
* Assistência jurídica à Sociedade	45.304	20.642
* Deslocações e estadas	40.572	45.405
* Judiciais, contencioso e notariado	37.146	61.380
* Seguros de viaturas de serviço próprio	29.357	25.923
* Serviços de informações	26.240	1.708
* Rendas e alugueres	20.773	0
* Serviços de processamento de salários	13.658	22.460
* Comunicações e despesas de expedição	9.361	8.261
* Conservação e reparação	5.315	22.121
* Outros	70.711	22.555
	<u>2.122.919</u>	<u>2.194.135</u>
	<u>2.152.257</u>	<u>2.226.562</u>

Nos termos do contrato de prestação de serviços celebrado com a FCA Dealer Services, relativo a cedência de espaço e equipamento, serviços de apoio e manutenção de equipamento informático, serviços de conservação e reparação, serviços de comunicações, foram faturados durante os exercícios de 2017 e 2016, os montantes de 560.633 Euros e 739.931 Euros, respetivamente (Nota 3.24).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Rent-a-car” regista o valor correspondente à locação operacional de viaturas com a sociedade SGALD Automotive e com a FCA Dealer Services.

3.23. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E LINHAS DE NEGÓCIO

Todos os proveitos gerados pela atividade da Sociedade nos exercícios de 2017 e 2016 resultaram de operações realizadas em Portugal. Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à Instrução nº 11/2007, do Banco de Portugal, a atividade da Sociedade enquadra-se no âmbito da categoria denominada de “Banca Comercial”.

Adicionalmente, para efeitos da aplicação do disposto na Norma IFRS 8 – “Segmentos operacionais”, o Conselho de Administração da Sociedade considera que toda a sua atividade creditícia se insere na linha de negócio designada por “Crédito especializado”, não sendo assim aplicável uma maior desagregação da informação para além da divulgada no presente anexo.

3.24. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas todas as empresas do Grupo FCA e os órgãos de gestão da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais saldos da demonstração da posição financeira e as principais transações ocorridas nas demonstrações dos resultados com entidades do Grupo FCA eram os seguintes:

Rubrica	2017						
	FCA Portugal	FCA Dealer	FCA Bank	FCA Espanha	FCA France	FCA IMV	CACF
Crédito a clientes (Nota 3.6)	44.968.890	-	-	-	-	-	-
Outros activos (Nota 3.10)	223.429	1.191.912	-	-	57.584	16.876	-
Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 3.11)	-	-	(147.204)	-	-	-	-
Recursos de outras Instituições crédito (Nota 3.12)	-	-	(95.542.569)	-	-	-	-
Outros passivos (Nota 3.14)	(3.504.929)	(13.351)	(120.160)	(162.549)	-	(723.189)	-
Outras provisões (Nota 3.13)	-	(400.000)	-	-	-	-	-
Juros e rendimentos similares (Nota 3.17)	(286.942)	-	-	-	-	-	(66.280)
Juros e encargos similares (Nota 3.17)	229.072	75.596	609.984	-	-	663.861	17.250
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (Nota 3.11)	-	-	(180.841)	-	-	-	-
Outros resultados de exploração (Nota 3.20)	-	(259.269)	-	-	-	-	-
Gastos gerais administrativas (Nota 3.22)	-	632.859	-	120.218	-	-	-
Instrumentos financeiros (Nota 3.28)	-	-	13.850.000	-	-	-	-
Saldos devedores / (Saldos credores)							

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Rubrica	2016						CACF
	FCA Portugal	FCA Dealer	FCA Bank	FCA Espanã	FCA France	FCA IMV	
Crédito a clientes (Nota 3.6)	39.226.708	-	-	-	-	-	-
Outros activos (Nota 3.10)	183.598	1.167.633	-	-	-	-	5.763
Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 3.11)	-	-	(330.226)	-	-	-	-
Recursos de outras Instituições crédito (Nota 3.12)	-	-	-	-	-	-	(65.000.000)
Outros passivos (Nota 3.14)	(391.151)	(147.203)	-	(345.143)	-	(151.859)	-
Outras provisões	-	(634.250)	-	-	-	-	-
Juros e rendimentos similares (Nota 3.17)	(121.166)	-	-	-	-	-	(5.763)
Juros e encargos similares (Nota 3.17)	-	179.310	1.280.161	-	-	244.674	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	(269.736)	-	-	-	-
Outros resultados de exploração (Nota 3.20)	-	-	-	-	-	-	-
Gastos gerais administrativas (Nota 3.22)	-	739.931	-	390.995	-	-	-
Instrumentos financeiros (Nota 3.28)	-	-	29.150.000	-	-	-	-
Saldos devedores / (Saldos credores)							

Nota: O saldo de crédito a clientes referente à FCA Portugal refere-se ao valor máximo que esta se compromete a pagar se a opção de venda das viaturas for exercida pela FCA Capital.

Nos exercícios de 2017 e 2016 os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer tipo de remuneração pelo exercício das suas funções nos órgãos de gestão da Sociedade.

O Conselho Fiscal da FCA Capital Portugal IFIC, SA, membro independente, auferiu uma remuneração fixa anual, aprovada pela Assembleia Geral no início de cada mandato, tendo esta sido em 2017 de 22,000 Euros.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, não existem créditos concedidos aos órgãos de gestão.

3.25. OPERAÇÕES A PRAZO NÃO VENCIDAS À DATA DO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade mantinha em aberto os seguintes contratos de *swap* de taxa de juro celebrados com a casa-mãe (*FCA Bank S.p.A*) (Notas 3.11 e 3.24):

2017						
Montante nocional	Data de		Paga	Recebe	Tx. Variável a 31.12.2017	Data de vencimento dos cupões
	Início	Fim	Taxa Fixa	Taxa Variável		
2.500.000	27-12-2010	29-03-2019	1,843%	EUR 3 M	-0,329%	Mar., Jun., Set. e Dez.
2.000.000	29-10-2012	27-08-2018	0,642%	EUR 3 M	-0,329%	Fev., Mai., Ago. e Nov.
3.350.000	26-09-2013	26-03-2020	1,315%	EUR 3 M	-0,329%	Mar., Jun., Set. e Dez.
1.300.000	30-06-2015	30-06-2021	0,355%	EUR 3 M	-0,329%	Mar., Jun., Set. e Dez.
4.700.000	28-04-2016	28-04-2020	-0,231%	EUR 3 M	-0,331%	Jan., Abr., Jul. e Out.
13.850.000						

2016						
Montante nocional	Data de		Paga	Recebe	Tx. Variável a 31.12.2016	Data de vencimento dos cupões
	Início	Fim	Taxa Fixa	Taxa Variável		
4.000.000	27-12-2010	00-01-1900	1,843%	EUR 3 M	-0,131%	Mar., Jun., Set. e Dez.
4.000.000	29-10-2012	27-08-2018	0,642%	EUR 3 M	-0,131%	Fev., Mai., Ago. e Nov.
3.350.000	26-09-2013	26-03-2020	1,315%	EUR 3 M	-0,131%	Mar., Jun., Set. e Dez.
2.900.000	30-06-2015	30-06-2021	0,355%	EUR 3 M	-0,104%	Mar., Jun., Set. e Dez.
8.400.000	28-04-2016	28-04-2020	-0,231%	EUR 3 M	-0,131%	Jan., Abr., Jul. e Out.
6.500.000	28-12-2015	28-03-2017	-0,034%	EUR 3 M	-0,132%	Mar., Jun., Set. e Dez.
29.150.000						

3.26. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A Sociedade, para além da sua atividade principal de concessão de crédito, exerce também a atividade de mediação de seguros, estando registada junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo tal atividade em exclusividade com a seguradora *AXA Partners – Credit & Lifestyle Protection*, a qual se dedica ao exercício da atividade de seguros para os ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros, a Sociedade efetua a venda de contratos de seguros, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados à referida seguradora, a Sociedade recebe remunerações pela mediação de seguros, as quais estão definidas em protocolo estabelecido entre ambas as entidades.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

As comissões recebidas pela Sociedade pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- Comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. Ambas as componentes são calculadas pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor dos prémios angariados. A componente variável depende do volume de contratos de seguro angariados, sendo que nos últimos dois anos a Sociedade cumpriu com o respetivo volume.

Estas comissões são recebidas trimestralmente.

- Comissões por participação nos resultados de seguros ("*Profit share*"), as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no ano seguinte àquele a que respeitam.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas em resultados de forma equivalente aos juros dos contratos de locação de viaturas a elas associadas através do método da taxa de juro efetiva, na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões", e ascenderam em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a 497.906 Euros e 590.180 Euros, respetivamente (Nota 3.17).

As remunerações a receber da seguradora que ainda não tenham sido faturadas, à data de 31 de dezembro de cada ano, são reconhecidas como um ativo no balanço, na rubrica de "Outros ativos" (Nota 3.10). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as remunerações a receber ascendiam a 391.623 Euros e 223.813 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existiam quaisquer comissões de seguros por receber vencidas.

Os prémios dos contratos de seguros angariados pela Sociedade que se encontravam por liquidar à *AXA Partners – Credit & Lifestyle Protection* são registados na rubrica de "Outros passivos" (Nota 3.14) e ascendiam em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a 387.295 Euros e 466.419 Euros, respetivamente.

As remunerações de mediação de seguros auferidas pela Sociedade e os prémios angariados nos últimos três anos foram os seguintes:

	2017	2016	2015
Comissões	959.713	807.147	457.978
<i>Profit Share</i>	45.505	31.990	16.994
Total das remunerações recebidas	1.005.218	839.137	474.972
Prémios angariados	1.600.963	985.598	570.728
% remunerações recebidas sobre prémios angariados	62,79%	85,14%	83,22%

No exercício de 2017, as comissões auferidas pela Sociedade relativamente à angariação de prémios de seguro do ramo vida e do ramo não vida ascenderam aos 908.728 Euros e 50.985 Euros, respetivamente. Em 2016, as comissões do ramo vida e não vida foram de 748.423 Euros e 58.724 Euros, respetivamente.

Na qualidade de Mediador de Seguros Ligado, a Sociedade não tem poderes de cobrança, pelo que os prémios dos seguros são pagos na totalidade pela Sociedade (enquanto tomador de seguro) diretamente à AXA Partners – Credit & Lifestyle Protection independentemente de serem cobrados.

3.27. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No âmbito da publicação da Instrução nº 5/2018, de 12 de Março, emitida pelo Banco de Portugal e de acordo com as orientações emitidas pela EBA com a referência “EBA/GL/2016/11”, de 4 de Agosto de 2017, apresentam-se de seguida as divulgações aplicáveis à Sociedade:

Objetivos e políticas em matéria de gestão de risco

A estratégia do Conselho de Administração da Sociedade visa a manutenção de rácios de balanço sólidos, através de uma forte posição de capital e de um perfil de liquidez estável e seguro, que lhe permita enfrentar e ultrapassar situações de stress.

Através de processos de avaliação interna da adequação de capital (ICAAP), o Conselho de Administração procura assegurar que a Sociedade dispõe do capital suficiente para responder às necessidades regulatórias, para cobrir potenciais perdas devidas a um conjunto alargado de factores, dentro de um horizonte de três anos, tomando em conta as projecções que tem da evolução expectável (baseline), bem como de situações de crise que possam ocorrer (stress). A Sociedade considera que terá capacidade para continuar a servir os seus clientes, oferecendo condições competitivas de forma sustentável.

A Sociedade pretende manter (i) um rácio CET 1 acima dos mínimos exigidos pelas autoridades de supervisão, de modo a ter uma posição e reserva de capital que permita enfrentar cenários de stress (ii) um rácio de alavancagem acima dos mínimos regulamentares; e (iii) um rácio de cobertura de liquidez (LCR) sempre acima de 100%.

A Sociedade pretende manter um modelo de negócio viável e sustentável, de modo a garantir a capacidade de gerar retornos aceitáveis a curto e longo prazo, com base nos planos estratégicos e previsões financeiras da Sociedade. Este objectivo será alcançado através da manutenção de elevados níveis de eficiência, de custos de financiamento alinhados com a apetência pelo risco, e de uma atenção especial focada no controlo do risco de crédito da carteira da Sociedade e no risco de liquidez.

Sendo o risco de crédito o factor mais importante para o desempenho da Sociedade, o Conselho de Administração procurará assegurar a gestão deste risco através de uma carteira de ativos de qualidade, limitando o impacto de uma crise económica. A existência de funding estável capaz de suportar o crescimento ou de ultrapassar eventuais situações de crise é visto como o outro factor fundamental na gestão de actividade da Sociedade.

INFORMAÇÃO DE NATUREZA QUALITATIVA:**Política de gestão e controlo do risco de crédito**

O risco de crédito corresponde ao risco de existirem perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

A Instituição tem implementadas metodologias de cálculo da imparidade da carteira de crédito que permitem assegurar a fiabilidade das fontes de informação utilizadas, a preparação da informação requerida de acordo com os requisitos descritos nos n.ºs 1.2, 2. e 3.2.3 a 3.2.5 do Anexo à Instrução n.º 5/2013, assim como a quantificação da imparidade sobre a carteira de crédito apurada e relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em agosto de 2015 foi introduzida uma *nova scorecard*, que substituiu os modelos anteriores que estavam em produção desde março de 2008. A nova *scorecard* é única e aplicável a propostas para viaturas Novas e Usadas, substituindo os dois modelos anteriores.

A opção pela introdução de uma única *scorecard* foi também guiada pela diminuição nos últimos anos na ativação de operações para viaturas usadas, e consequentemente pela potencial redução da representatividade estatística que tal facto poderia comportar.

O *scoring* é atribuído para efeitos de aceitação da proposta do cliente, não sendo atualizado ao longo do contrato. Mensalmente é feita uma análise comparativa entre a produção ativada e os incidentes verificados nos primeiros meses de contrato, com janelas de observação a 3, 6, 9 e 12 meses, no sentido de aferir a qualidade das operações subscritas.

Política de gestão e controlo do risco de concentração

A concentração de exposições da carteira de crédito é um importante aspeto a ser considerado na avaliação do risco de crédito e, consequentemente, do capital necessário para fazer face a perdas inesperadas.

De modo a garantir o controlo do risco de crédito e do risco de concentração a empresa estabeleceu procedimentos para a concessão de crédito baseados em critérios sólidos e corretamente definidos. O processo de aprovação, alteração e refinanciamento de créditos encontra-se estabelecido de forma clara, sendo a análise do Risco de Concentração de Crédito, nomeadamente a sua identificação e acompanhamento da responsabilidade da Direção de Crédito.

Encontram-se igualmente instituídos sistemas eficazes para a gestão e o controlo contínuo da carteira e sua exposição ao risco de crédito, incluindo a identificação e gestão de problemas de crédito e a constituição de reservas adequadas.

O risco de concentração decorrente da concessão de créditos às mesmas contrapartes, a grupos de contrapartes ligadas entre si e a contrapartes que operam no mesmo sector económico ou na mesma região geográfica ou relativamente à mesma atividade ou produto, é regularmente acompanhado pelo Management recorrendo-se ainda à aplicação de técnicas de redução do risco de crédito, encontrando-se para tal estabelecidos os respetivos procedimentos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

As concentrações de crédito são monitorizadas pela Direção de Crédito e pela Casa Mãe. Limites de concentração considerados significativos para o Grupo são avaliados e aprovados por diversos comités de acordo com a delegação de competências definida para o Grupo.

O Grupo monitoriza regularmente exposições de crédito e tendências externas que possam causar impacto no resultado da gestão de risco.

Relatórios internos de gestão de risco são apresentados e analisados quer pelo Management local, quer pela Casa Mãe.

Sempre que necessário são tomadas medidas corretivas, sendo os seus resultados monitorizados. Tais ações incluem a redução da exposição, aumento de garantias, cancelamento/redução de plafonds.

Perdas potenciais de crédito são mitigadas utilizando uma variedade de ferramentas tais como uso de garantia bancária, hipoteca e livrança. A confiança que é depositada nestes instrumentos é cuidadosamente avaliada considerando os cumprimentos legais, valor de mercado e o risco de contraparte do garante.

As garantias são estabelecidas de acordo com a política de mitigação de risco do Grupo, que define a frequência de avaliação para cada tipo de garantia.

As exposições efetivas e potenciais relativas a contrapartes com montantes significativos (que do ponto de vista da instituição são considerados a partir de €150.000,00) são analisadas individualmente, adequando-se através dos mecanismos anteriormente enunciados a assunção do risco à mitigação através de colaterais tidos como adequados.

Política de Write-Off de créditos

Sempre que existam créditos vencidos cujas diligências para a sua recuperação se hajam esgotado são iniciados os procedimentos com vista a considerar os mesmos como *Write-Off*.

A Direção de Crédito envia ao departamento de contabilidade a documentação justificativa de incobrabilidade dos ativos, nomeadamente certidões negativas emitidas pelos tribunais competentes. O departamento de contabilidade produz um relatório e coloca à consideração da Administração o desconhecimento dos mesmos.

Este procedimento é efetuado de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

Política de reestruturações de crédito

No âmbito da regulamentação PARI/PERSI, a Sociedade procede à análise mensal de todos os clientes com contratos de crédito ativos e regulares (sem vencido) de modo a poder identificar fatores que indiciem potenciais dificuldades dos clientes no cumprimento das suas obrigações.

Para o efeito, a Sociedade utiliza a informação divulgada mensalmente pela Central de Riscos de Crédito do Banco de Portugal, com vista à deteção de incumprimentos dos mesmos junto do setor financeiro. É tido ainda em linha de conta para deteção de dificuldades financeiras dos nossos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

clientes o nível de crédito vencido atingido pelos mesmos, bem como as comunicações efetuadas entre a Sociedade e os titulares dos contratos de crédito no processo de recuperação dos mesmos.

Quando se confirma a existência de dificuldades financeiras por parte de um cliente é aberto um processo de reestruturação, com vista a adequar os encargos de endividamento aos rendimentos auferidos por este cliente.

Este processo de reestruturação pode passar por uma consolidação de créditos, por uma extensão do contrato ou alteração da taxa de juro subjacente ao mesmo, entre outros.

Modelo de apuramento da imparidade da carteira de crédito

A Sociedade adota um modelo de imparidade desenvolvido pela casa mãe (*FCA Bank S.p.A.*), o qual visa estimar adequados níveis imparidade coletiva e individual. A metodologia adotada para efeitos da estimativa de imparidade coletiva aplica-se à carteira de crédito e tem por base a análise das frequências históricas da probabilidade dos contratos atingirem um incumprimento superior a oito meses (PD) e perdas históricas incorridas (LGD).

A análise individual incide sobre os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros, sendo efetuada com recurso a informação financeira e informação histórica, entre outras informações.

Descrição Sucinta do Modelo de Imparidade – Segmento de Retail Financing

A Sociedade tem implementado internamente um modelo de imparidade desenvolvido pelo *FCA Bank, S.p.A.* A metodologia adotada para efeitos de cálculo de imparidade considera a análise coletiva da carteira de crédito, baseada na análise das frequências históricas de imparidade dos contratos atingirem um incumprimento superior a oito meses (PD) e perdas históricas incorridas (LGD). As PD e LGD utilizadas pela Sociedade para apuramento da imparidade a 31 de Dezembro de 2017 foram atualizadas até ao período findo nessa data.

O processo de apuramento da estimativa de perdas por imparidade dos contratos de Crédito Automóvel, Locação Financeira, Crédito Pessoal e Locadoras, tem por base a carteira de crédito, a qual é enviada para a casa mãe através de uma aplicação interna do grupo.

i) Cálculo de PD

Para efeito de apuramento da PD, os pressupostos definidos no Modelo de Imparidade da Sociedade são os seguintes:

Intervalo de Observação

O intervalo de observação para apuramento da PD é de 9 meses e é aplicado tendo por base o histórico de observações dos últimos 12 meses. O histórico de observações considerado foi definido tendo por base os estudos subjacentes à definição do modelo de imparidade do Grupo.

Apuramento da PD

Para este efeito é avaliado o comportamento dos contratos de crédito de forma sistemática considerando-se o número de contratos distribuídos por cada banda de incumprimento, no sentido de se apurarem percentagens de probabilidade de atingirem a banda 9 ou *write-off* no prazo considerado como intervalo de observação.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a média da probabilidade de cada contrato de crédito atingir 9 prestações em incumprimento ou *Write-Off* apresentava-se como segue:

Número de Prestações Incumpridas	PD em 2017	PD em 2016
0	0,03%	0,05%
1	1,06%	1,60%
2	4,89%	5,66%
3	12,41%	15,53%
4	22,49%	32,23%
5	33,97%	45,94%
6	41,48%	56,74%
7	45,90%	60,05%
8	57,24%	66,31%
> 8 e < 12	87,96%	90,15%
> 12	100,00%	100,00%

Note-se que desde o final dos anos de 2017 e 2016, a Sociedade se encontra a ajustar para 100% a imparidade calculada pelo modelo para os contratos que se encontrem em banda >12 e <44.

ii) Apuramento da LGD

Tendo por base a informação histórica de contratos iniciados de 2005 a 2014, o modelo de apuramento da LGD leva em consideração, para cada ano de geração dos contratos, os *Write-Off* líquidos de recuperações de cada contrato face aos montantes financiados.

O Modelo de Imparidade implementado pela Sociedade exclui os três últimos anos de geração de contratos com *Write-Off* efetuado, considerando que estatisticamente a maioria dos contratos não são levados a perdas nesses 3 primeiros anos de vida do contrato. Adicionalmente e por forma a compensar a exclusão dos últimos três anos de geração de contratos com *Write-Off* efetuado, são incluídos os contratos em carteira que apresentem incumprimento igual ou superior a 24 meses, considerando-se assim na estimativa de cálculo da LGD os contratos que têm uma maior probabilidade de serem levados a perdas no curto prazo de tempo. Este cálculo é efetuado mensalmente, apurando-se a LGD com base na média das últimas 12 observações.

iii) Cálculo da imparidade

Exposições <150 milhares de euros:

Tendo por base a estratificação por número de prestações incumpridas, o apuramento da estimativa de imparidade é obtido pela divisão da perda inicial (montante financiado*PD*LGD) pelo valor da exposição à data de referência.

Exposições ≥150 milhares de euros:

Para os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros é efetuada uma análise individual de cada uma das exposições no sentido de determinar a imparidade associada, seguindo a Carta-Circular no. 2/2014.

Descrição Sucinta do Modelo de Imparidade – Segmento de Dealer Financing

O Modelo de imparidade adotado pela Sociedade é baseado na análise individual de cada concessionário, seguindo a Carta-Circular no. 2/2014.

A análise individual é efetuada com recurso a informação financeira de cada concessionário, informação histórica, entre outras informações. O ponto de partida da análise individual são demonstrações financeiras disponíveis.

Política relativa aos graus de risco internos

O incumprimento é definido em função da existência de mensalidades em atraso (*past due date*). Na granularidade mais fina é considerada a agregação em *buckets* de número de mensalidades em atraso. Na granularidade agregada consideram-se 3 macro classificações: *sensitive* (que resulta da agregação dos *buckets* 1 a 3 inclusive), *uncompromised* (que resulta da agregação dos *buckets* 4 a 8 inclusive) e *compromised* (*buckets* 9 inclusive e superiores). A agregação de valores *uncompromised* e *compromised* será o valor a considerar como NPL (*Non Performing Loans*).

Verificando-se o incumprimento de um mutuário, aplicam-se os pressupostos previstos no PERSI (Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento) quando aplicável, e o processo geral de recuperação de incumprimento da sociedade nas restantes situações. O processo geral de recuperação de incumprimento prevê a gestão diferenciada em função da gravidade da mora, culminando no limite extremo na tentativa de recuperação por via judicial.

Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos

O período emergente considerado para efeitos de modelo de imparidade do segmento coletivo é de 9 meses.

Fundos próprios

A composição dos fundos próprios da Sociedade, bem como os respetivos rácios relacionados encontram-se explicados na nota 3.28 deste relatório.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Requisitos de fundos próprios

Os requisitos de fundos próprios da Sociedade a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são detalhados no quadro a seguir:

	RWA		RRFP	
	2017	2016	2017	2016
Montante das posições ponderadas pelo risco relativamente ao risco de crédito	127.577.073	109.180.001	10.206.166	816.493
Método-Padrão (SA)				
Administrações centrais ou bancos centrais	0	0	0	0
Instituições	1.676.221	1.747.894	134.098	10.728
Empresas	23.134.440	17.970.757	1.850.755	148.060
Retalho	98.228.795	85.879.533	7.858.304	628.664
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	180.574	221.929	14.446	1.156
Posições em risco em situação de incumprimento	1.084.263	458.108	86.741	6.939
Outras posições em risco	3.272.780	2.901.780	261.822	20.946
Montante total das posições em risco relacionadas com o risco operacional (OpR)	19.545.771	18.662.763	1.563.662	1.493.021
Método do Indicador Básico (BIA)	19.545.771	18.662.763	1.563.662	1.493.021
Montante das posições em risco	147.122.844	127.842.764	11.769.828	2.309.514

Conforme Modelo EU OV1

Medidas de supervisão macroprudencial

As divulgações exigidas no artigo 440.º do CRR encontram-se especificadas no Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/1555 da Comissão, de 28 de maio de 2015, que impõe às instituições a obrigação de divulgarem os principais elementos do cálculo da sua reserva contracíclica de fundos próprios, incluindo a distribuição geográfica das suas posições em risco de crédito relevantes e o montante final da sua reserva contracíclica de fundos próprios específica da instituição. Corresponde a uma reserva adicional constituída por fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1), que terá como objetivo proteger o setor bancário nos períodos em que o risco sistémico cíclico aumenta, devido a um crescimento excessivo do crédito. Quando os riscos se materializam ou diminuem, esta reserva adicional de fundos próprios garante que o setor bancário tem maior capacidade para absorver perdas, e permanecer solvente, sem interromper a concessão de crédito à economia real.

A Instituição apresenta apenas exposições de crédito Portuguesas, pelo que a percentagem de reserva contracíclica aplicável é de 0%.

As divulgações exigidas no artigo 441.º encontram-se especificadas no Regulamento Execução (UE) n.º 1030/2014 da Comissão, de 29 de setembro de 2014, e nas Orientações revistas da EBA sobre a especificação adicional dos indicadores de importância sistémica global e sua divulgação (Orientações 2016/01 da EBA).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A Instituição publica neste documento, nos diversos pontos, os dados relativos aos seus dados bancários (informações gerais), Indicador de dimensão (total das posições em risco), Indicadores de interconectividade (ativos e passivos no sistema financeiro), indicadores da possibilidade de substituição/infraestrutura da Instituição, indicadores de actividade transfronteiras, indicadores complementares.

Risco de crédito e informações gerais sobre a CRM

Risco de crédito - informação de natureza qualitativa:

A Sociedade considera como crédito vencido o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a partir da data de início do incumprimento. Para créditos que se encontram por liquidar há mais de 90 dias, a Sociedade procede à anulação de juros após esta data e ao seu registo nas rubricas extrapatrimoniais.

O âmbito e as definições das exposições em risco são abordados no ponto 3.3.2 deste relatório.

A Sociedade não registou exposições em risco vencidas que não sejam consideradas como sendo objeto de imparidade no modelo de imparidade desenvolvido pela casa-mãe (FCA Bank, S.p.A.).

A definição dos métodos adoptados para a definição de risco específico de crédito encontram-se descritos no início desta nota sob os títulos:

- Descrição sucinta do modelo de imparidade - Segmento de Retail Financing;
- Descrição sucinta do modelo de imparidade de Dealer Financing.

A Sociedade considera reestruturado todo o crédito que foi objeto de análise e que demonstrou a existência de uma dificuldade financeira por parte do devedor em cumprir com os seus compromissos perante a instituição. A principal medida de reestruturação com modificação dos termos iniciais do contrato prende-se com o prolongamento da vida útil do mesmo e, caso seja aplicável, a consolidação de créditos junto da instituição, de modo a reduzir o peso deste encargo na sua situação financeira mensal.

No que diz respeito às exposições *forbearance* o principal objetivo da concessão de medidas de diferimento é criar as condições para que os mutuários com posições não produtivas saiam dessa situação ou evitar que mutuários com posições produtivas atinjam uma tal situação. As medidas de diferimento devem visar sempre o regresso de uma posição em risco a uma situação de reembolso sustentável.

A definição dos métodos adoptados para a definição de risco específico de crédito encontram-se descritos no início desta nota sob o título: “Políticas de reestruturação de crédito”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Risco de crédito - informação de natureza quantitativa:

Apresenta-se de seguida o montante total e montante médio das posições em risco líquidas em aplicação do artigo 442.º, alínea c) e d) da CRR, à data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016, sendo que a Sociedade exerce unicamente atividade no mercado nacional:

POSIÇÕES EM RISCO - MÉTODO PADRÃO	2017		2016	
	Valor líquido das posições em risco no final do período	Valor líquido médio das posições em risco ao longo do período	Valor líquido das posições em risco no final do período	Valor líquido médio das posições em risco ao longo do período
Administrações centrais ou bancos centrais	6.987.234	9.475.859	4.663.551	5.761.859
Instituições	1.671.844	3.244.715	862.370	990.685
Empresas	25.089.440	25.460.741	20.229.227	21.163.059
Retalho	152.289.741	160.359.551	135.202.424	133.361.789
Das quais: PME	73.072.181	85.756.053	67.077.080	68.806.995
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	474.009	513.859	579.669	585.386
Das quais: PME	474.009	513.859	579.669	585.386
Posições em risco em situação de incumprimento	893.575	5.218.122	418.340	337.620
Outras posições em risco	2.005.842	1.635.899	1.525.892	1.696.002
	189.411.685	205.908.746	163.481.473	163.896.400

Conforme Modelo EU CRB-B

Os valores apresentados, englobam as rubricas previstas no Regulamento (UE) n.º 575/2013 e da Diretiva 2013/36/EU, nomeadamente os valores patrimoniais constantes do balanço e extrapatrimoniais, que a Sociedade considera como sendo posições de risco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Apresenta-se de seguida a desagregação das posições em risco por setor ou tipo de contraparte e por classes de risco em cumprimento do estabelecido pelo artigo 442.º, alínea e) da CRR, à data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

POSIÇÕES EM RISCO - MÉTODO PADRÃO	2017		2016	
	EXPOSIÇÃO	IMPARIDADE	EXPOSIÇÃO	IMPARIDADE
Administrações centrais ou bancos centrais	6.987.234	0	4.663.551	0
Atividade financeira e de seguros	452.972	0	147.098	0
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	6.534.262	0	4.516.453	0
Instituições	1.671.844	0	862.370	0
Empresas	25.093.661	4.221	20.229.227	0
Indústrias transformadoras	31.410	5	0	0
Comércio por grosso e a retalho	5.586.715	2.251	6.117.843	0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	6.696	1	0	0
Atividades administrativas e de serviços de apoio	19.468.840	1.964	14.111.384	0
Retalho	154.169.279	1.879.538	135.873.673	671.249
Agricultura, silvicultura e pesca	245.645	1.193	149.239	182
Indústrias transformadoras	1.779.280	2.743	1.635.685	1.500
Abastecimento de água	0	0	2.364	1
Construção	1.550.560	935	1.198.382	2.338
Comércio por grosso e a retalho	26.952.749	1.387.169	26.168.023	304.321
Transportes e armazenagem	1.826.331	1.442	1.681.218	2.470
Atividades de alojamento e restauração	834.128	1.674	541.513	237
Informação e comunicação	305.748	442	185.343	228
Atividade financeira e de seguros	374.436	12	100.092	26
Atividades imobiliárias	621.168	635	325.988	88
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.125.656	2.326	1.113.598	621
Atividades administrativas e de serviços de apoio	37.690.039	422.565	33.748.436	260.158
Educação	300.577	46	256.910	152
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	1.039.140	891	895.557	480
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	390.623	243	85.766	195
Outros serviços	258.596	179	170.323	46
Famílias - Crédito ao consumo	78.874.603	57.043	67.615.236	98.206
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	474.009	0	579.669	0
Atividades imobiliárias	474.009	0	579.669	0
Posições em risco em situação de incumprimento	6.399.315	5.505.740	4.989.690	4.571.350
Agricultura, silvicultura e pesca	2.588	2.588	3.054	3.054
Indústrias transformadoras	77.038	72.644	64.511	59.229
Construção	163.001	144.779	150.526	147.360
Comércio por grosso e a retalho	2.721.773	2.494.001	1.317.475	1.249.689
Transportes e armazenagem	164.166	143.069	101.050	100.925
Atividades de alojamento e restauração	37.086	26.822	44.325	27.678
Informação e comunicação	37.576	31.392	33.782	33.782
Atividades imobiliárias	35.064	35.425	36.775	36.775
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	15.830	16.316	16.879	16.879
Atividades administrativas e de serviços de apoio	411.374	321.036	535.195	466.764
Educação	11.474	11.734	12.338	12.303
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	33.084	33.084	40.497	39.392
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	17.171	127	0	0
Outros serviços	12.148	2.854	19.261	2.163
Famílias - Crédito ao consumo	2.659.942	2.169.869	2.614.022	2.375.357
Outras posições em risco	2.005.842	0	1.525.892	0
	196.801.184	7.389.499	168.724.072	5.242.599

Conforme Modelo EU CRR-D

Nota: Para a elaboração dos quadros por setor de atividade foi utilizada a tabela V00554 – Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3, publicada pelo Instituto Nacional de Estatística.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as posições em risco representadas nos modelos EU CRB-B e EU CRB-D são distribuídos no quadro seguinte conforme requerido pelo artigo 442.º, alínea f) do CRR:

POSIÇÕES EM RISCO - MÉTODO PADRÃO	2017						
	Valor líquido das posições em risco						
	À vista	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Administrações centrais ou bancos centrais	452.972	6.534.262	0	0	0	0	6.987.234
Instituições	1.671.844	0	0	0	0	0	1.671.844
Empresas	0	16.712.477	8.376.963	0	0	0	25.089.440
Retalho	0	56.156.129	28.706.844	24.905.245	40.123.216	2.398.307	152.289.741
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	0	0	474.009	0	0	474.009
Posições em risco em situação de incumprimento	0	68.797	202.886	402.123	161.552	58.217	893.575
Outras posições em risco	0	0	0	0	0	2.005.842	2.005.842
	2.124.816	79.471.665	37.286.693	25.781.377	40.284.768	4.462.366	189.411.685

Conforme Modelo EU CRB-E

POSIÇÕES EM RISCO - MÉTODO PADRÃO	2016						
	Valor líquido das posições em risco						
	À vista	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Administrações centrais ou bancos centrais	147.098	4.516.453	0	0	0	0	4.663.551
Instituições	862.370	0	0	0	0	0	862.370
Empresas	0	17.555.724	2.673.503	0	0	0	20.229.227
Retalho	0	53.904.536	28.435.358	22.938.874	27.711.078	2.212.578	135.202.424
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	0	0	579.669	0	0	579.669
Posições em risco em situação de incumprimento	0	93.763	198.505	58.968	60.150	6.954	418.340
Outras posições em risco	0	0	0	0	0	1.525.892	1.525.892
	1.009.468	76.070.476	31.307.366	23.577.511	27.771.228	3.745.424	163.481.473

Conforme Modelo EU CRB-E

Relativamente a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresenta-se a qualidade do crédito das posições em risco por classe de risco e instrumento:

POSIÇÕES EM RISCO	2017				
	Valor contabilístico bruto		Ajustamentos para risco específico de crédito	Anulações acumuladas	Valores líquidos
	Posições em risco em situação de incumprimento	Posições em risco que não se encontram em incumprimento			
Administrações centrais ou bancos centrais	0	6.987.234	0	0	6.987.234
Instituições	0	1.671.844	0	0	1.671.844
Empresas	0	25.093.661	4.221	0	25.089.440
Retalho	384.859	153.784.421	1.879.539	0	152.289.741
Das quais: PME	245.205	74.649.472	1.822.496	0	73.072.181
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	474.009	0	0	474.009
Das quais: PME	0	474.009	0	0	474.009
Posições em risco em situação de incumprimento	4.026.550	2.372.764	5.505.739	0	893.575
Outras posições em risco	0	2.005.842	0	0	2.005.842
	4.411.409	192.389.775	7.389.499	0	189.411.685

Conforme Modelo EU CR1-A

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

POSIÇÕES EM RISCO	Valor contabilístico bruto		2016		
	Posições em risco em situação de incumprimento	Posições em risco que não se encontram em incumprimento	Ajustamentos para risco específico de crédito	Anulações acumuladas	Valores líquidos
Administrações centrais ou bancos centrais	0	4.663.551	0	0	4.663.551
Instituições	0	862.370	0	0	862.370
Empresas	0	20.229.227	0	0	20.229.227
Retalho	134.065	135.739.608	671.249	0	135.202.424
Das quais: PME	22.881	67.152.446	98.247	0	67.077.080
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	579.669	0	0	579.669
Das quais: PME	0	579.669	0	0	579.669
Posições em risco em situação de incumprimento	4.286.924	702.766	4.571.350	0	418.340
Outras posições em risco	0	1.525.892	0	0	1.525.892
	4.420.989	164.303.083	5.242.599	0	163.481.473

Conforme Modelo EU CR1-A

Foram classificadas como posições em incumprimento todas as posições classificadas de acordo com o clausulado do artigo 178.^o do CRR.

As mesmas posições apresentadas no quadro anterior são agora apresentadas, relativamente a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, em função do setor ou tipo de contraparte:

POSIÇÕES EM RISCO	Valor contabilístico bruto		2017		
	Posições em risco em situação de incumprimento	Posições em risco que não se encontram em incumprimento	Ajustamentos para risco específico de crédito	Anulações acumuladas	Valores líquidos
Agricultura, silvicultura e pesca	2.588	245.645	3.781	0	244.452
Indústrias transformadoras	69.485	1.818.243	75.392	0	1.812.336
Construção	123.362	1.590.199	145.714	0	1.567.847
Comércio por grosso e a retalho	1.438.229	32.087.833	3.883.421	0	29.642.641
Transportes e armazenagem	104.999	1.885.498	144.511	0	1.845.986
Atividades de alojamento e restauração	27.334	843.880	28.496	0	842.718
Informação e comunicação	30.984	312.340	31.834	0	311.490
Atividade financeira e de seguros	0	2.210.218	12	0	2.210.206
Atividades imobiliárias	35.064	1.095.177	36.060	0	1.094.181
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	14.046	1.134.136	18.643	0	1.129.539
Atividades administrativas e de serviços de apoio	229.683	59.365.506	745.565	0	58.849.624
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	0	6.534.262	0	0	6.534.262
Educação	11.474	300.577	11.780	0	300.271
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	33.084	1.039.140	33.975	0	1.038.249
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	110	407.684	370	0	407.424
Outros serviços	2.423	267.722	3.033	0	267.112
Famílias - Crédito ao consumo	1.903.687	81.636.572	2.226.912	0	81.313.347
	4.026.552	192.774.632	7.389.499	0	189.411.685

Conforme Modelo EU CR1-B

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

POSIÇÕES EM RISCO	2016				
	Valor contabilístico bruto		Ajustamentos para risco específico de crédito	Anulações acumuladas	Valores líquidos
	Posições em risco em situação de incumprimento	Posições em risco que não se encontram em incumprimento			
Agricultura, silvicultura e pesca	3.054	149.239	3.236	0	149.057
Indústrias transformadoras	58.477	1.641.719	60.729	0	1.639.467
Abastecimento de água	0	2.364	1	0	2.363
Construção	147.962	1.200.946	149.698	0	1.199.210
Comércio por grosso e a retalho	1.287.776	32.315.565	1.554.010	0	32.049.331
Transportes e armazenagem	95.659	1.686.609	103.395	0	1.678.873
Atividades de alojamento e restauração	25.467	560.371	27.915	0	557.923
Informação e comunicação	33.782	185.343	34.010	0	185.115
Atividade financeira e de seguros	0	1.109.560	26	0	1.109.534
Atividades imobiliárias	36.775	905.657	36.863	0	905.569
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	16.879	1.113.598	17.500	0	1.112.977
Atividades administrativas e de serviços de apoio	257.647	48.137.368	726.922	0	47.668.093
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	0	4.516.453	0	0	4.516.453
Educação	12.338	256.910	12.455	0	256.793
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	40.497	895.557	39.872	0	896.182
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	0	85.766	195	0	85.571
Outros serviços	1.156	188.428	2.209	0	187.375
Famílias - Crédito ao consumo	2.269.455	69.485.695	2.473.563	0	69.281.587
	4.286.924	164.437.148	5.242.599	0	163.481.473

Conforme Modelo EU CR1-B

Nos termos do artigo 442.º da CRR, apresenta-se à data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a análise da antiguidade das posições em risco vencidas, independentemente da sua situação de imparidade:

POSIÇÕES EM RISCO VENCIDAS	2017						
	Valores contabilísticos brutos						TOTAL
	<= 30 dias	> 30 dias <= 60 dias	> 60 dias <= 90 dias	> 90 dias <= 180 dias	> 180 dias <= 1 ano	> 1 ano	
Empréstimos	269,508	92,078	23,272	168,410	155,091	3,703,050	4,411,409
Títulos de dívida	0	0	0	0	0	0	0
	269,508	92,078	23,272	168,410	155,091	3,703,050	4,411,409

POSIÇÕES EM RISCO VENCIDAS	2016						
	Valores contabilísticos brutos						TOTAL
	<= 30 dias	> 30 dias <= 60 dias	> 60 dias <= 90 dias	> 90 dias <= 180 dias	> 180 dias <= 1 ano	> 1 ano	
Empréstimos	65,151	36,902	32,012	176,407	208,754	3,901,763	4,420,989
Títulos de dívida	0	0	0	0	0	0	0
	65,151	36,902	32,012	176,407	208,754	3,901,763	4,420,989

Conforme Modelo EU CR1-D

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

À data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as exposições não produtivas e exposições diferidas apresentam-se como se segue:

2017															
POSIÇÕES EM RISCO	Posições em risco brutas								Imparidade					Cauções e Garantias Financeiras Recebidas	
	Valores contabilísticos brutos das exposições	Total das exposições produtivas	Das quais: vencidas > 30 dias < = 90 dias	Das quais: produtivas diferidas	Total das exposições não produtivas	Das quais: em incumprimento	Das quais: em situação de imparidade	Das quais: não produtivas diferidas	Imparidades acumuladas devido ao risco de crédito	Sobre exposições produtivas	Das quais: produtivas diferidas	Sobre exposições não produtivas	Das quais: não produtivas diferidas	Sobre exposições não produtivas	Das quais: exposições diferidas
Titulos de dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	185.624.679	179.002.146	1.375.364	366.522	6.622.533	6.485.856	6.605.174	696.240	7.389.499	1.877.040	49	5.512.459	474.864	88.918	0
Posições em risco extrapatrimoniais	400.000	0	0	0	400.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	186.024.679	179.002.146	1.375.364	366.522	7.022.533	6.485.856	6.605.174	696.240	7.389.499	1.877.040	49	5.512.459	474.864	88.918	0

2016															
POSIÇÕES EM RISCO	Posições em risco brutas								Imparidade					Cauções e Garantias Financeiras Recebidas	
	Valores contabilísticos brutos das exposições	Total das exposições produtivas	Das quais: vencidas > 30 dias < = 90 dias	Das quais: produtivas diferidas	Total das exposições não produtivas	Das quais: em incumprimento	Das quais: em situação de imparidade	Das quais: não produtivas diferidas	Imparidades acumuladas devido ao risco de crédito	Sobre exposições produtivas	Das quais: produtivas diferidas	Sobre exposições não produtivas	Das quais: não produtivas diferidas	Sobre exposições não produtivas	Das quais: exposições diferidas
Titulos de dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	160.656.442	155.283.288	708.854	565.611	5.373.154	5.072.026	5.336.766	1.003.898	5.242.599	666.626	0	4.575.973	573.291	37.642	0
Posições em risco extrapatrimoniais	634.250	0	0	0	634.250	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	161.290.692	155.283.288	708.854	565.611	6.007.404	5.072.026	5.336.766	1.003.898	5.242.599	666.626	0	4.575.973	573.291	37.642	0

Conforme Modelo EUCRI-E

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresenta-se conforme solicitado no artigo 442.º, alínea i) da CRR, as variações no conjunto dos ajustamentos para o risco específico e geral de crédito:

	2017		2016	
	IMPARIDADE DE CRÉDITO		IMPARIDADE DE CRÉDITO	
	Risco específico de crédito acumulado	Risco específico de crédito acumulado	Risco específico de crédito acumulado	Risco geral de crédito acumulado
Saldo Inicial	5,242,599	1,900,120	7,067,767	1,630,725
Aumentos devidos a montante afetados a provisões para perdas estimadas	2,702,039	0	2,066,994	1,413,082
Reduções devidas a montante afetados a provisões para perdas estimadas	(2,284,895)	0	(3,836,570)	(1,143,687)
Reduções devidas a utilizações contra ajustamentos para o risco de crédito	(170,364)	0	(55,592)	0
Transferências entre ajustamentos para o risco de crédito	1,900,120	(1,900,120)	0	0
Outros ajustamentos	0	0	0	0
Saldo Final	7,389,499	0	5,242,599	1,900,120
Recuperações diretamente registadas na demonstração de resultados	(745,233)		(882,797)	

Conforme Modelo EU CR2-A

Complementa-se o quadro anterior à data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016, com a variação no conjunto dos empréstimos e títulos de dívida em situação de incumprimento ou imparidade:

	Valores contabilísticos bruto das posições em risco de incumprimento	
	2017	2016
Saldo Inicial	4,420,989	4,676,998
Empréstimos que se mantêm em incumprimento deste o último período de reporte	6,535,943	4,189,202
Reversão da situação de incumprimento	(6,375,160)	(4,389,619)
Montantes anulados	(170,363)	(55,592)
Outras alterações	0	0
Saldo Final	4,411,409	4,420,989

Conforme Modelo EU CR2-B

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

CRM - Informação de natureza qualitativa:

As instituições devem incluir nas suas técnicas de CRM, independentemente do método utilizado para o cálculo dos RWA's, medidas que permitam reduzir o risco de crédito das exposições em carteira.

Neste contexto, a Sociedade recebe dos seus clientes com exposições mais significativas – linha de negócio *dealer financing* – garantidas bancárias ou similares.

Relativamente à linha de negócio *Retail Financing* a Sociedade sempre que considere necessário, solicita a prestação de uma garantia bancária ou uma caução aos seus clientes.

Em ambos os casos as garantias bancárias recebidas são prestadas por instituições de crédito em território nacional.

CRM - Informação de natureza quantitativa:

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as técnicas de CRM utilizadas pela Sociedade são as seguintes:

2017					
POSIÇÕES EM RISCO	Técnicas de mitigação do risco de crédito - CRM				
	Posições em risco não cobertas - montante contabilístico	Posições em risco - montante contabilístico	Posições em risco cobertas por caução	Posições em risco cobertas por garantias financeiras	Posições em risco cobertas por derivados de crédito
Titulos de dívida	0	0	0	0	0
Empréstimos	181,828,522	7,183,163	162,944	7,020,219	0
Posições em risco extrapatrimoniais	400,000	0	0	0	0
	182,228,522	7,183,163	162,944	7,020,219	0

2016					
POSIÇÕES EM RISCO	Técnicas de mitigação do risco de crédito - CRM				
	Posições em risco não cobertas - montante contabilístico	Posições em risco - montante contabilístico	Posições em risco cobertas por caução	Posições em risco cobertas por garantias financeiras	Posições em risco cobertas por derivados de crédito
Titulos de dívida	0	0	0	0	0
Empréstimos	154,970,122	7,877,101	92,680	7,784,421	0
Posições em risco extrapatrimoniais	634,250	0	0	0	0
	155,604,372	7,877,101	92,680	7,784,421	0

Conforme Modelo EU CR3

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Risco de crédito e CRM de acordo com o Método Padrão

Informação de natureza qualitativa sobre a utilização do método padrão:

A Sociedade não recorre à utilização de agências de notação externa (ECAI).

Informação de natureza quantitativa sobre a utilização do método padrão:

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as posições em risco de crédito tendo por base o método padrão e feitos CRM são os seguintes:

Classes de Risco	2017					
	Posições em risco antes de CCF e CRM		Posições em risco depois de CCF e CRM		RWA e densidade de RWA	
	Montante patrimonial	Montante extrapatrimonial	Montante patrimonial	Montante extrapatrimonial	RWA	Densidade de RWA
Administrações centrais ou bancos centrais	6.987.234	0	6.987.234	0	0	0,00%
Instituições	8.321.853	59.250	8.321.853	59.250	1.676.221	0,89%
Empresas	23.134.440	0	23.134.440	0	23.134.440	12,23%
Retalho	147.137.000	400.000	146.937.000	400.000	98.228.796	51,91%
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	474.009	0	474.009	0	180.573	0,10%
Posições em risco em situação de incumprimento	892.057	0	892.057	0	1.084.263	0,57%
Outras posições em risco	2.005.842	0	2.005.842	0	3.272.780	1,73%
	188.952.435	459.250	188.752.435	459.250	127.577.073	67,43%

Conforme Modelo EU CR4

Classes de Risco	2016					
	Posições em risco antes de CCF e CRM		Posições em risco depois de CCF e CRM		RWA e densidade de RWA	
	Montante patrimonial	Montante extrapatrimonial	Montante patrimonial	Montante extrapatrimonial	RWA	Densidade de RWA
Administrações centrais ou bancos centrais	4.663.551	0	4.663.551	0	0	0,00%
Instituições	8.626.222	113.250	8.626.222	113.250	1.747.894	0,92%
Empresas	17.970.757	0	17.970.757	0	17.970.757	9,50%
Retalho	128.987.185	634.250	128.670.060	634.250	85.879.534	45,39%
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	579.669	0	579.669	0	221.929	0,12%
Posições em risco em situação de incumprimento	380.699	0	380.699	0	458.108	0,24%
Outras posições em risco	1.525.891	0	1.525.891	0	2.901.780	1,53%
	162.733.974	747.500	162.416.849	747.500	109.180.002	57,70%

Conforme Modelo EU CR4

Quanto ao método padrão aos ponderadores de risco considerados à data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016, são os seguintes:

Classes de Risco	2017							
	Ponderadas pelo risco							
	0%	20%	50%	75%	100%	150%	250%	Total
Administrações centrais ou bancos centrais	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	1.676.221	0	0	0	0	0	1.676.221
Empresas	0	0	0	0	23.134.440	0	0	23.134.440
Retalho	0	0	76.190	98.152.605	0	0	0	98.228.795
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	0	180.574	0	0	0	0	180.574
Posições em risco em situação de incumprimento	0	0	0	0	507.645	576.618	0	1.084.263
Outras posições em risco	0	0	0	0	406.263	0	2.866.517	3.272.780
	0	1.676.221	256.764	98.152.605	24.048.348	576.618	2.866.517	127.577.073

Nota: As classes de risco e ponderadores de risco não apresentados encontram-se sem valor.

Conforme Modelo EU CR5

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Classes de Risco	2016							
	Ponderadas pelo risco							
	0%	20%	50%	75%	100%	150%	250%	Total
Administrações centrais ou bancos centrais	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	1.747.894	0	0	0	0	0	1.747.894
Empresas	0	0	0	0	17.970.757	0	0	17.970.757
Retalho	0	0	120.809	85.758.725	0	0	0	85.879.534
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	0	218.617	3.312	0	0	0	221.929
Posições em risco em situação de incumprimento	0	0	0	0	225.881	232.227	0	458.108
Outras posições em risco	0	0	0	0	363.469	0	2.538.311	2.901.780
	0	1.747.894	339.426	85.762.037	18.560.107	232.227	2.538.311	109.180.002

Nota: As classes de risco e ponderadores de risco não apresentados encontram-se sem valor.

Conforme Modelo EU CR5

Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (entradas de caixa) de forma a cobrir as obrigações (saídas de caixa) da Sociedade em determinados momentos do tempo.

Para efeitos da gestão do risco de liquidez é preparada uma análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos, de forma a mapear no tempo os fluxos de caixa que lhe estão associados, a identificar eventuais problemas de liquidez no futuro e a antecipar medidas corretivas que minorem seu impacto.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2017							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	452.972	-	-	-	-	-	-	452.972
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.612.594	-	-	-	-	-	-	1.612.594
Crédito a clientes	-	24.036.905	69.919.206	49.281.871	20.661.283	15.741.216	4.443.847	184.084.328
Swaps de taxa de juro	-	1.500.000	5.200.000	6.850.000	300.000	-	-	13.850.000
Cash flow de juros contratuais								
De crédito a clientes	-	1.388.568	3.536.801	5.691.976	2.611.690	1.213.800	157.154	14.599.989
De swaps de taxa de juro	-	13.215	21.765	26.379	539	-	-	61.898
	2.065.566	26.938.688	78.677.772	61.850.226	23.573.512	16.955.016	4.601.001	214.661.781
Passivo								
Recursos de outras instituições de crédito	-	30.500.000	-	65.000.000	-	-	-	95.500.000
Swaps de taxa de juro	-	1.500.000	5.200.000	6.850.000	300.000	-	-	13.850.000
Cash flow de juros contratuais								
De recursos de outras instituições de crédito	-	259.496	621.156	1.029.990	-	-	-	1.910.642
De swaps de taxa de juro	-	24.106	55.538	26.502	538	-	-	106.684
	-	32.283.602	5.876.694	72.906.492	300.538	-	-	111.367.326
Gap de liquidez:	2.065.566	(5.344.914)	72.801.078	(11.056.266)	23.272.974	16.955.016	4.601.001	103.294.455
	2.065.566	28.722.290	84.554.466	69.756.718	23.874.050	16.955.016	4.601.001	230.529.107

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	2016							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	147.098	-	-	-	-	-	-	147.098
Disponibilidades em outras instituições de crédito	749.120	-	-	-	-	-	-	749.120
Crédito a clientes	-	18.051.067	73.365.352	40.292.366	15.391.891	9.165.335	4.431.299	160.697.310
Swaps de taxa de juro	-	7.500.000	7.800.000	11.300.000	2.550.000	-	-	29.150.000
Cash flow de juros contratuais								
De crédito a clientes	-	1.287.829	3.139.903	4.721.633	1.841.272	676.519	146.168	11.813.324
De sw aps de taxa de juro	-	33.105	85.831	102.706	3.979	-	-	225.621
	896.218	26.872.001	84.391.086	56.416.705	19.787.142	9.841.854	4.577.467	202.782.473
Passivo								
Recursos de outras instituições de crédito	-	65.000.000	-	-	-	-	-	65.000.000
Swaps de taxa de juro	-	7.500.000	7.800.000	11.300.000	2.550.000	-	-	29.150.000
Cash flow de juros contratuais								
De recursos de outras instituições de crédito	-	(27.603)	-	-	-	-	-	(27.603)
De sw aps de taxa de juro	-	23.376	46.978	45.402	2.972	-	-	118.728
	-	72.495.773	7.846.978	11.345.402	2.552.972	-	-	94.241.125
Gap de liquidez:	896.218	(45.623.772)	76.544.108	45.071.303	17.234.170	9.841.854	4.577.467	108.541.348

Note-se que a rubrica de “Crédito a clientes” exclui os montantes referentes a “Prémios de seguro de contratos de locação financeira”, “Juros a receber de crédito concedido” e “Custos / proveitos diferidos com base na taxa efetiva” apresentados na Nota 3.6.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais foram os seguintes:

- Com exceção dos juros de *swaps* de taxa de juro, os fluxos previsionais dos ativos e passivos foram calculados considerando a taxa de juro de referência em 31 de Dezembro de 2017 e 2016;
- Os fluxos previsionais dos juros dos *swaps* de taxa de juro foram calculados considerando as taxas de mercado;
- Os instrumentos financeiros não sujeitos a variações de taxa de juro, nomeadamente “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito” foram considerados como exigíveis “à vista”;
- Os juros vincendos ainda em carteira com data de vencimento anterior ou igual a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram classificados como a prazo “Indeterminado”; e
- O crédito a clientes vencido, independentemente da sua antiguidade, foi igualmente classificado como a prazo “Indeterminado”.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um ativo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de títulos de capital, metais preciosos e mercadorias.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterar em função de uma alteração das taxas de juro de mercado, alterando, consequentemente, o valor patrimonial da Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros contratados a taxa fixa ou a taxa variável. No primeiro caso, a Sociedade enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses ativos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos/pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

2017							
	Exposição			Datas de Refixação / Datas de Maturidade			
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Total	À vista	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	Total
Activo							
Crédito a clientes	159.275.160	20.397.759	179.672.919	497.066	264.562	19.636.131	20.397.759
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	(95.542.569)	-	(95.542.569)	-	-	-	-
Extrapatrimoniais							
Interest Rate Swap (valor notional)	(13.850.000)	13.850.000	-	-	4.700.000	9.150.000	13.850.000
	<u>49.882.591</u>	<u>34.247.759</u>	<u>84.130.350</u>	<u>497.066</u>	<u>4.964.562</u>	<u>28.786.131</u>	<u>34.247.759</u>
2016							
	Exposição			Datas de Refixação / Datas de Maturidade			
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Total	À vista	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	Total
Activo							
Crédito a clientes	135.400.563	20.875.758	156.276.321	4.740.351	2.417.840	13.717.567	20.875.758
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	(67.563.148)	-	(67.563.148)	-	-	-	-
Extrapatrimoniais							
Interest Rate Swap (valor notional)	(29.150.000)	29.150.000	-	-	8.400.000	20.750.000	29.150.000
	<u>38.687.415</u>	<u>50.025.758</u>	<u>88.713.173</u>	<u>4.740.351</u>	<u>10.817.840</u>	<u>34.467.567</u>	<u>50.025.758</u>

A partir de 2009, em virtude da redução significativa das taxas de juro de mercado, os contratos de crédito celebrados com os clientes passaram a ser remunerados na sua generalidade a taxas de juros fixas.

A análise de sensibilidade a alterações nas taxas de juro foi efetuada de forma a determinar o potencial impacto na margem financeira da Sociedade nos exercícios de 2017 e 2016 considerando uma subida/descida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* (bps) assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro.

O impacto potencial negativo na margem financeira projetada para 2017 da subida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* ascende a, aproximadamente, 292.391 Euros e 583.997 Euros, respetivamente (435.868 Euros e 863.422 Euros, respetivamente, para 2016).

Por sua vez, o impacto potencial positivo na margem financeira projetada para 2017 da descida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* ascende a, aproximadamente, 292.391 Euros e 583.997 Euros, respetivamente (435.868 Euros e 863.422 Euros, respetivamente, para 2016).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2017		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
<u>Ativo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	452.972	452.972	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.612.594	1.612.594	0
Crédito a clientes	176.169.613	176.169.613	0
	<u>178.235.179</u>	<u>178.235.179</u>	<u>0</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de outras instituições de crédito	(95.542.569)	(95.542.569)	0
	<u>(95.542.569)</u>	<u>(95.542.569)</u>	<u>0</u>
	<u>82.692.610</u>	<u>82.692.610</u>	<u>0</u>
	2016		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
<u>Ativo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	147.098	147.098	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	754.883	754.883	0
Crédito a clientes	155.413.843	155.413.843	0
	<u>156.315.824</u>	<u>156.315.824</u>	<u>0</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de outras instituições de crédito	(67.563.488)	(67.563.488)	0
	<u>(67.563.488)</u>	<u>(67.563.488)</u>	<u>0</u>
	<u>88.752.336</u>	<u>88.752.336</u>	<u>0</u>

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Atendendo a que as taxas aplicáveis são taxas de mercado, a Sociedade considera que a quantia escriturada dos créditos corresponde a uma aproximação razoável do seu justo valor.

Relativamente aos instrumentos financeiros que se encontram refletidos ao custo, devem ser salientados os seguintes aspetos:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

- Conforme evidenciado acima na secção relativa ao risco de taxa de juro, parte do crédito concedido é remunerado a taxas indexadas à Euribor, com prazos de refixação curtos;
- Conforme evidenciado acima nas secções relativas ao risco de taxa de juro e risco de liquidez, os recursos de outras instituições de crédito, excluindo os descobertos bancários, são remunerados a taxas de juro fixas e apresentam maturidades reduzidas. Adicionalmente, uma parte significativa dos recursos é financiada pelo FCA Bank.

Risco operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda por eventos externos à organização. Para a gestão do risco operacional, encontra-se implementado um sistema central denominado de “*Loss Management*”, que permite a sistematização dos riscos identificados, a sua monitorização e o controlo e mitigação desses riscos. Adicionalmente, a Sociedade reporta trimestralmente à FCA Bank as eventuais perdas operacionais incorridas.

Risco de *compliance*

A função de *compliance* está a cargo do *Compliance, Risk & Permanent Control*, sendo a mesma supervisionada pelo Conselho de Administração da Sociedade.

Remuneração

A política de remuneração é descrita no ponto 1.4.

Rácio de alavancagem

O rácio de alavancagem é definido como a relação entre a medida de capital nível 1 (no numerador) e a medida de exposição total (no denominador) e pretende limitar o crescimento excessivo do balanço em relação ao capital disponível. O rácio é definido como uma percentagem e o requisito mínimo actual, pelas normas regulamentares, é de 3% (a vigorar, como nível mínimo obrigatório Pilar I, a partir de 1 de Janeiro de 2018).

A 31 de Dezembro de 2017, o rácio era de 48.13%.

LEVERAGE	2016	2017
Transitional Leverage Ratio: %	52.80%	48.13%
Fully phased-in Leverage Ratio: %	52.80%	48.13%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

C 47.00 — CÁLCULO DO RÁCIO DE ALAVANCAGEM (LRCaI)	Posições em risco para efeitos do rácio de alavancagem: Data de referência para efeitos do relato
OFVM: Posição em risco em conformidade com o artigo 429.º, n.º 5, e o artigo 429.º, n.º 8, do RRFP	59,250.00
Elementos extrapatrimoniais com um fator de conversão de 100 % em conformidade com o artigo 429.º, n.º 10, do RRFP	400,000.00
Outros ativos	188,952,435.04
Total das posições em risco para efeitos do rácio de alavancagem — utilizando uma definição plenamente implementada dos fundos próprios de nível 1	189,411,685.04
Total das posições em risco para efeitos do rácio de alavancagem — utilizando uma definição transitória dos fundos próprios de nível 1	189,411,685.04
Fundos Próprios	
Fundos próprios de nível 1 — definição plenamente implementada	91,171,641.67
Fundos próprios de nível 1 — definição transitória	91,171,641.67
Rácio de Alavancagem	
Rácio de alavancagem — utilizando uma definição plenamente implementada dos fundos próprios de nível 1	48.13%
Rácio de alavancagem — utilizando uma definição transitória dos fundos próprios de nível 1»	48.13%

De acordo com os valores apresentados, a posição da Instituição é confortável. O acompanhamento trimestral deste rácio permite a deteção e a tomada de medidas para evitar o risco de um excesso de alavancagem.

Instrução n.º 6/2018, de 12 de Março de 2018, do Banco de Portugal

A Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004 (Instrução n.º 16/2004) estabelece um conjunto de indicadores que devem ser utilizados pelas instituições de crédito na divulgação de informação relativa a matérias de solvabilidade, qualidade do crédito, rentabilidade, eficiência e transformação.

Rendibilidade

	2017	2016
• <u>Resultado antes de impostos (e de interesses minoritários, se for em base consolidada)</u> Activo líquido médio	3.68%	4.00%
• <u>Produto Bancário</u> Activo Líquido médio	5.88%	5.86%
• <u>Resultado antes de impostos (e de interesses minoritários, se for em base consolidada)</u> Capitais próprios médios (incluindo interesses minoritários)	7.68%	7.21%

Eficiência

	2017	2016
• <u>Custos de funcionamento+Amortizações</u> Produto Bancário	34.23%	43.32%
• <u>Custos com pessoal</u> Produto Bancário	15.98%	20.13%

3.28. GESTÃO DO CAPITAL

Os procedimentos adotados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais da Sociedade são os que resultam das disposições do Banco de Portugal e da EBA, nomeadamente da aplicação do Regulamento (UE) n.º 575/2013 e da Diretiva 2013/36/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, ambos de 26 de Junho, de aplicação obrigatória em todos os Estados-Membros da União Europeia.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe do capital regulamentar da Sociedade, bem como os respetivos rácios de capital encontram-se indicados no quadro seguinte:

	2017	2016
Capital	10,000,000	10,000,000
Reservas e resultados transitados elegíveis	81,171,641	76,314,912
<u>CET 1 Capital</u>	91,171,641	86,314,912
<u>TIER 1 Capital</u>	91,171,641	86,314,912
Instrumentos TIER 2	0	1,364,750
<u>Capital Total</u>	91,171,641	87,679,662
Risco de Crédito	127,577,072	109,180,001
Risco Operacional	19,545,771	18,662,763
<u>Total RWA</u>	147,122,843	127,842,764
Rácio CET1	61.97%	67.52%
Rácio TIER1	61.97%	67.52%
Rácio Total	61.97%	68.58%
<u>Requisitos Mínimos de Fundos Próprios</u>	11,769,827	10,227,421
<u>Excesso de Capital</u>	79,401,814	77,452,241

3.29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR / PERANTE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontram-se registados pela Sociedade nas rubricas extrapatrimoniais as seguintes relações de compromissos assumidos por e perante terceiros:

	2017	2016
<u>Compromissos assumidos por terceiros</u>		
Garantias bancárias recebidas (Nota 3.6)	7,020,219	7,120,183
Outras garantias recebidas (Nota 3.6)	982,400	1,403,470
Total de garantias recebidas de clientes	8,002,619	8,523,653
Linhas de crédito revogáveis (Nota 3.12)	5,000,000	2,436,852
<u>Compromissos assumidos perante terceiros</u>		
Compromissos irrevogáveis (Nota 3.13)	400,000	634,250
Garantias bancárias prestadas	0	0

3.30. PASSIVOS CONTINGENTES

Conforme previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Instituições Financeiras a FCA Capital Portugal, IFIC, S.A. é instituição participante no Fundo de Resolução, tendo realizado as contribuições iniciais e as contribuições periódicas anuais de acordo com a legislação e regulamentação aplicável (Nota 3.20).

De acordo com o previsto no artigo 15º do Decreto-Lei n.º 24/2013, na eventualidade do Fundo de Resolução ter de financiar a aplicação de medidas de resolução e não dispuser de recursos próprios suficientes para o cumprimento das suas obrigações, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode determinar, por portaria, os termos específicos em que são efetuadas contribuições especiais pelas instituições participantes no Fundo, atendendo às necessidades de financiamento emergentes da aplicação da medida concreta.

Tendo sido aplicada uma medida de Resolução ao Banco Espírito Santo em 4 de Agosto de 2014, o Fundo de Resolução prestou o apoio financeiro determinado pelo Banco de Portugal para efeitos de realização do capital social do Novo Banco, no montante de 4 900 milhões de euros.

Em 31 de março de 2017, o Banco de Portugal selecionou a Lone Star para a conclusão da operação de venda do Novo Banco. Este acordo implicou a realização de dois aumentos de capital, o primeiro no valor de 750.000 mEuros ocorrido em outubro desse ano, e o segundo no valor de 250.000 milhões de euros em dezembro de 2017. Em 28 de março de 2018, após o anúncio dos resultados do banco relativos ao exercício de 2017, acionou-se o mecanismo de capitalização contingente previsto nos contratos celebrados aquando da venda, que prevê o pagamento de 792.000 milhões de euros ao Novo Banco pelo Fundo de Resolução, durante o ano de 2018. Ao abrigo deste Acordo Quadro, foi celebrado em outubro de 2017, um contrato de abertura de crédito, nos termos do qual é disponibilizado ao Fundo de Resolução um montante de até 1.000.000 milhões de euros. É desta verba que sairá o pagamento previsto ao Novo Banco em 2018, por parte do Fundo de Resolução.

Para o efeito, o Fundo de Resolução irá utilizar, em primeiro lugar, os recursos financeiros disponíveis, resultantes das contribuições pagas pelo setor bancário, complementados por um empréstimo a obter junto do Estado Português de cerca de 450.00 milhões de euros.

Não obstante as medidas descritas acima, tendo por base a informação atualmente disponível, não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento das medidas de resolução, pelo que a probabilidade de eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se remota.

Adicionalmente, prevê-se que eventuais défices do Fundo de Resolução sejam financiados através de contribuições periódicas ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de Fevereiro, o qual estipula que as contribuições periódicas devem ser pagas pelas instituições que nele participam, e que estejam em atividade no último dia do mês de Abril do ano a que respeita a contribuição periódica.


3.31. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

O Contabilista Certificado



A Administração



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de FCA Capital Portugal IFIC, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 201.618.664 euros e um total de capital próprio de 96.588.218 euros, incluindo um resultado líquido de 5.416.577 euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de FCA Capital Portugal IFIC, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Reconhecimento e mensuração do rédito dada a complexidade dos sistemas de informação

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Rédito da entidade consiste essencialmente em:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Juros e rendimentos similares dos créditos concedidos a clientes (Nota 3.17);▶ Rendimentos e encargos de serviços e comissões (Nota 3.18 e Nota 3.19). <p>A complexidade dos sistemas de informação que suportam um volume significativo de transações representa um risco significativo</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Envolvimento de especialistas internos na avaliação dos controlos gerais das tecnologias de informação da Entidade e nos testes aos controlos aplicacionais dos processos do Rédito mais relevantes;▶ Execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes, destacando-se: i) reconciliações entre sistemas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

de auditoria, pelo que considerámos esta matéria como relevante.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

operacionais e contabilísticos; ii) testes aos automatismos do cálculo de juros e comissões;

- ▶ Realização de testes de revisão analítica dos rendimentos desagregados, comparando-os com o período homólogo e com a expectativa formada tendo por base indicadores projetados e reais do desempenho da Entidade, dos quais são de destacar: i) taxa de juro implícita praticada e ii) comissões implícitas face ao volume de transações;
- ▶ Recálculo de juros de crédito concedido para uma amostra.
- ▶ Análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras nas Notas 3.17, 3.18 e 3.19 verificando a sua consistência com as políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e os registos contabilísticos.

2. Crédito a clientes - Valorização

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

A rubrica Crédito a clientes (notas 3.6 e 3.13) em 31 de dezembro de 2017 apresenta um montante de 176.169.613 euros respeitante a Crédito concedido a clientes líquido de imparidade. Estes ativos são inicialmente mensurados ao valor nominal e subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Para aferição das perdas por imparidade a Entidade utiliza metodologias internas que requerem a utilização de pressupostos e julgamentos e consequentemente, a utilização de diferentes metodologias, pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderão originar estimativas diferentes do seu valor líquido contabilístico.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existente no processo de apuramento de imparidade, nomeadamente no que se refere à atribuição de responsabilidades na realização destas funções e metodologias aplicadas por tipo de crédito.
- ▶ Avaliámos as metodologias e pressupostos utilizados pela Entidade na determinação do valor líquido contabilístico, nomeadamente:
 - i. Recálculo do modelo de imparidade definido pela Entidade;
 - ii. Análise da documentação suporte das estimativas e os julgamentos incorporados no modelo de imparidade, nomeadamente no apuramento dos parâmetros de risco de percentagem da probabilidade de incumprimento (PD) e na percentagem de perda em caso de incumprimento (LGD); e
 - iii. Procedemos a indagações aos responsáveis pelo respetivo cálculo de imparidade para as exposições mais significativas de forma a compreender a base dos pressupostos utilizados e obter a documentação de suporte das respetivas decisões.
- ▶ Obtivemos os documentos internos que suportam a tomada de decisão relativamente ao registo de imparidade;
- ▶ Testámos a consistência e plenitude das divulgações relacionadas com Crédito a clientes e se as mesmas cumpriam com o disposto nas Normas Internacionais de Contabilidade

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

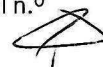
Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados Revisores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 22 de maio de 2012 para um mandato compreendido entre 2012 e 2015. Fomos eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 8 de novembro de 2016 para um segundo mandato compreendido entre 2016 e 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 1 de maio de 2018;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria; e
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Relatório do Auditor Externo sobre o processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito e razoabilidade da imparidade individual e coletiva nos termos da Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2013; e



- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o sistema de controlo interno subjacente ao Relato Financeiro, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 25 do Aviso n.º 5/ 2008 do Banco de Portugal.

Lisboa, 1 de maio de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC nº 1661
Registado na CMVM com o nº 20161271

**RELATORIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade FCA CAPITAL – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2017.
2. Consideramos relevante salientar que:
 - Fomos eleitos como membros do Conselho Fiscal em assembleia geral de 8 de novembro de 2016 para o biénio de 2016 a 2017, tendo esta nomeação sido notificada ao Banco de Portugal em 9 de dezembro de 2016, ao que se seguiu a instrução do competente processo de aprovação;
 - Após apreciação dos elementos submetidos e de outros pedidos complementares, o Banco Central Europeu aprovou a constituição do Conselho Fiscal em 24 de julho de 2017;
 - O registo do Conselho Fiscal foi inicialmente submetido à conservatória do registo comercial em 4 de agosto de 2017, tendo sido esse processo concluído em 12 de setembro de 2017.
3. Tendo presente o mencionado no ponto n.º 2 acima, e após 12 de setembro de 2017, o Conselho Fiscal tomou conhecimento sobre a gestão da FCA CAPITAL e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e demais comités internos da sociedade. Após a entrada em funções procedeu à análise dos elementos solicitados à sociedade, tendo sido apreciados os documentos de prestação de contas e obtidos os esclarecimentos e a documentação que considerou necessária ao desempenho das funções de fiscalização.
4. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detetado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no art.º 420 do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.

5. O Conselho Fiscal reuniu em 15 de maio de 2018 com o Revisor Oficial de Contas, de forma a proceder à discussão da Certificação Legal das Contas e do Relatório Adicional para o Órgão de Fiscalização cuja elaboração se encontra previsto no artigo 24.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprova o Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, ambos emitidos com data de 1 de maio de 2018.
6. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o nosso acordo.
7. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras individuais (Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2017, Demonstração de Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações no Capital Próprio e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações Financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade nesse período.
8. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

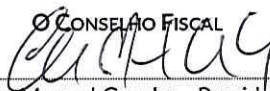
PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da FCA CAPITAL aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2017;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 15 de maio de 2018

O CONSELHO FISCAL


Carlos Manuel Grenha - Presidente


Pedro Miguel Pereira Manso - Vogal


Luís Pedro dos Santos Caeiro - Vogal

ACTA N.º57

Aos dezasseis dias do mês de Maio de dois mil e dezoito, pelas doze horas, reuniu, na sua sede social, sita no empreendimento Lagoas Park, edifício 15, piso 2, Porto Salvo, Oeiras, a Assembleia Geral da sociedade FCA CAPITAL, Portugal, Instituição Financeira de Crédito, S.A., com o capital social de dez milhões de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o número de matrícula e de pessoa colectiva 502673478, encontrando-se presente a accionista única FCA BANK, S.p.A, que se fez representar pelo Dr. Alberto Grippo, conforme carta mandadeira que fica arquivada junto deste livro, titular da totalidade do capital social, conforme lista de presenças organizada nos termos do artigo 382º do Código das Sociedades Comerciais, arquivada na pasta de assuntos da Assembleia Geral.-----

Foi manifestado pelo representante da accionista única, a vontade de que, sem observância das formalidades prévias, se constituísse em Assembleia Geral Universal, nos termos do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM – Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício de 2017;---

PONTO DOIS: Deliberar sobre a aplicação de resultados;-----

PONTO TRÊS: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;-----

Para além da accionista única esteve presente na Assembleia Geral, o Administrador Delegado, o Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha e o Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu então início aos trabalhos entrando no PONTO UM da Ordem de Trabalhos, para o que deu a palavra ao Administrador Alberto Grippo, que fez uma breve apresentação do relatório de gestão e das contas da sociedade relativas ao exercício de 2017, que apresentam um resultado líquido

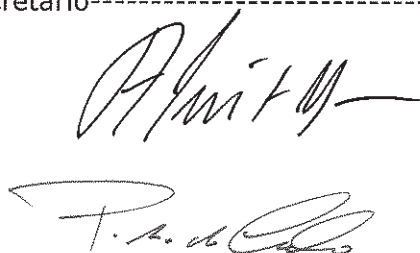


positivo de € 5 416 577,00 (cinco milhões quatrocentos e dezasseis mil quinhentos e setenta e sete euros). Após uma curta troca de impressões o relatório e as contas do exercício de 2017 foram submetidos a votação tendo sido aprovados pela accionista única.-----

De imediato e no seguimento do ponto anterior deu-se início à discussão e votação do PONTO DOIS da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado seguir a proposta do Conselho de Administração de afectar a uma parte à reserva legal e outra a resultados transitados. Consequentemente, foi deliberado pela accionista única afectar à reserva legal € 541 658,00 (quinhentos e quarenta e um mil seiscentos e cinquenta e oito euros) e o restante, € 4 874 919,00 (quatro milhões oitocentos e setenta e quatro mil novecentos e dezanove euros), a resultados transitados.-----

Já no âmbito do PONTO TRÊS da ordem de trabalhos a accionista única pediu a palavra para manifestar o seu apreço sobre a forma como foi conduzida a gestão e a fiscalização da Sociedade durante o exercício de 2017.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas catorze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário-----



Assembleia Geral Ordinária de 16 de Maio de 2018
Lista de Presenças dos Accionistas

	Acções
FCA Bank, S.p.A.	2.000.000

Representada por Dr. Alberto Grippo (Administrador Delegado)

Porto Salvo, 16 Maio de 2018